

Boletim de Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda

Novembro | 2018

Apresentação

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho tem entre suas competências a produção de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capazes de subsidiar o gerenciamento e a implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Nesta edição

- 1 **Conjuntura**
- 2 **Intermediação de mão-de-obra**
- 3 **Seguro Desemprego**
- 4 **Qualificação Profissional**
- 5 **PNMPO**
- 6 **PROGER**
- 7 **Abono Salarial**
- 8 **CTPS**
- 9 **Análise Regional**
- 10 **Anexo - Atividades de gestão**

Paralelamente, cabe ao Ministério do Trabalho o papel de exercer a secretaria executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e informar aos conselheiros sobre as ações implementadas com financiamento do Fundo.

Nesse contexto, o presente Boletim configura-se como publicação estratégica para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o CODEFAT e órgãos e entidades executoras dessas políticas, na medida em que apresenta a sistematização dos principais indicadores relevantes para o monitoramento, avaliação e a tomada de decisão dos gestores.

Trazemos os dados das políticas públicas implementadas pela SPPE provenientes de registros administrativos e procuramos, sempre que possível, comparar os resultados com a dinâmica do mercado de trabalho.

Não se trata de uma avaliação do impacto das ações, mas sim, da sistematização de dados que permitem o acompanhamento das políticas públicas e a tomada de decisão baseada em evidências.

Esta edição apresenta dados até o terceiro trimestre de 2018.*¹

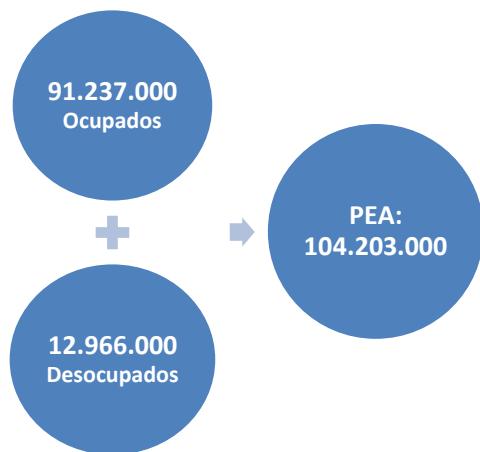
Boa leitura!

¹ Os dados referentes à Pesquisa Nacional Domiciliar Contínua não foram divulgados até a elaboração final deste Boletim. Devido a problemas técnicos na base de gestão, não foi possível realizar as extrações para atualização dos dados do PROGER referentes ao terceiro trimestre de 2018.

1. Conjuntura

Esta seção apresenta um panorama geral de conjuntura, com base na análise dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os dados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTb.

No 2º trimestre de 2018, a PEA brasileira era composta por 104.203.000 de pessoas, entre as quais 91.237.000 (87,6%) estavam ocupadas e 12.966.000 (12,4%) estavam em situação de desocupação.



Em relação ao 1º trimestre de 2018, observou-se uma redução de aproximadamente 0,06% na PEA. No contingente de desocupados, nota-se uma redução aproximada de 5,3% e um aumento de 0,7% no total de ocupados.

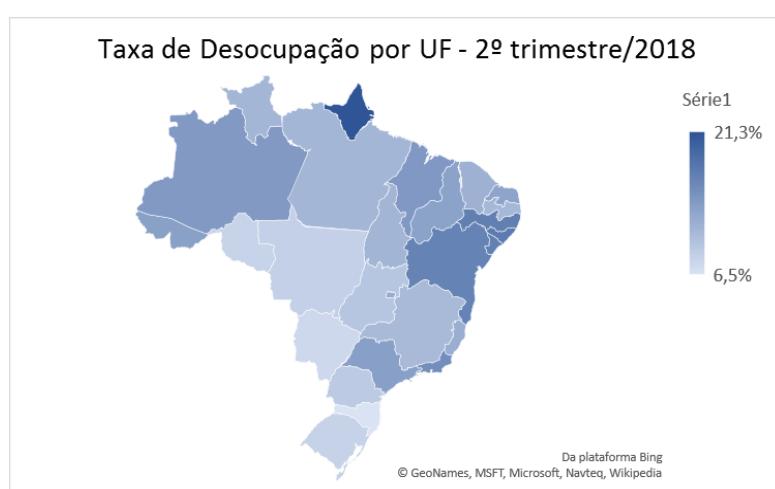
Desocupação

No período que vai até o 4º trimestre de 2017, a taxa de desocupação reduziu, chegando ao valor de 11,8%. Já no 1º trimestre de 2018, a taxa de desocupação sofre um aumento atingindo 13,1%, mas diminui novamente no 2º trimestre do presente ano, fechando em 12,4%.



Fonte: PNADC-IBGE

No que se refere à taxa de desocupação por UF, conforme mapa ao lado, observa-se grande disparidade regional, sendo as maiores taxas observadas no Amapá (21,3%), Alagoas (17,3%), Pernambuco (16,9%) e Sergipe (16,8%). As menores taxas foram registradas em Santa Catarina (6,5%), Rondônia (8,2%) e Rio Grande do Sul (8,3%).



Fonte: PNADC-IBGE

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

Recortes da Taxa de Desocupação, 2º trimestre de 2018	
	Taxa de Desocupação
Sexo	
Homens	11,0%
Mulheres	14,2%
Faixa etária	
14 a 17 anos	42,7%
18 a 24 anos	26,6%
25 a 39 anos	11,5%
40 a 59 anos	7,5%
60 anos ou mais	4,4%
Grau de instrução	
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	10,0%
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	11,6%
Ensino fundamental completo ou equivalente	13,8%
Ensino médio incompleto ou equivalente	21,1%
Ensino médio completo ou equivalente	14,0%
Ensino superior incompleto ou equivalente	14,5%
Ensino superior completo ou equivalente	6,3%
Total	12,4%

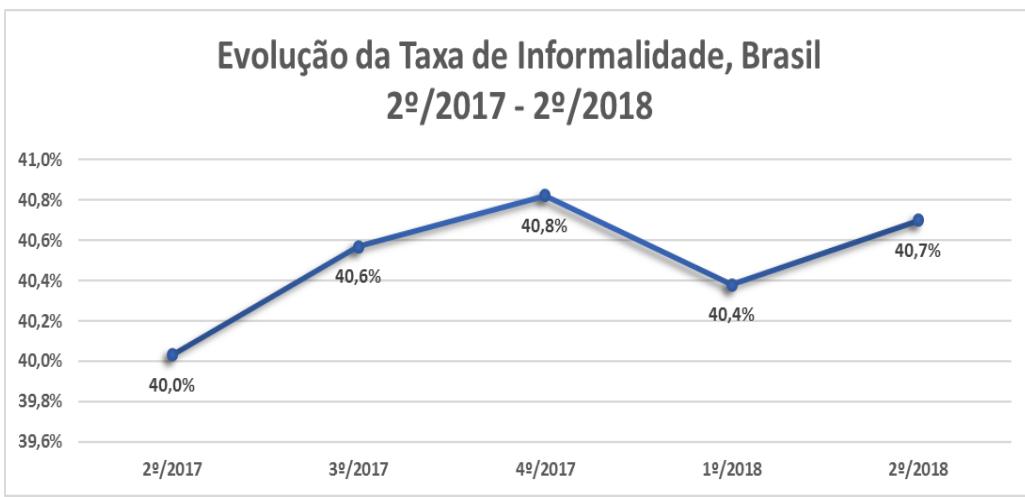
Fonte: PNADC-IBGE

Observa-se que a taxa de desocupação é maior entre as mulheres, chegando a 14,2%, 3% a mais do que o percentual de homens desocupados.

A faixa etária com a maior taxa de desocupação é a de jovens entre 14 e 17 anos, seguida pelos de 18 a 24 anos. Há uma baixa ainda maior entre as pessoas entre 40 e 59 anos, chegando a 7,5%. No que se refere ao grau de instrução, a população com ensino médio incompleto tem a maior taxa de desocupação, 21%, essa taxa diminui para 14% entre as pessoas com ensino médio completo, o mesmo percentual de pessoas que possuem superior incompleto.

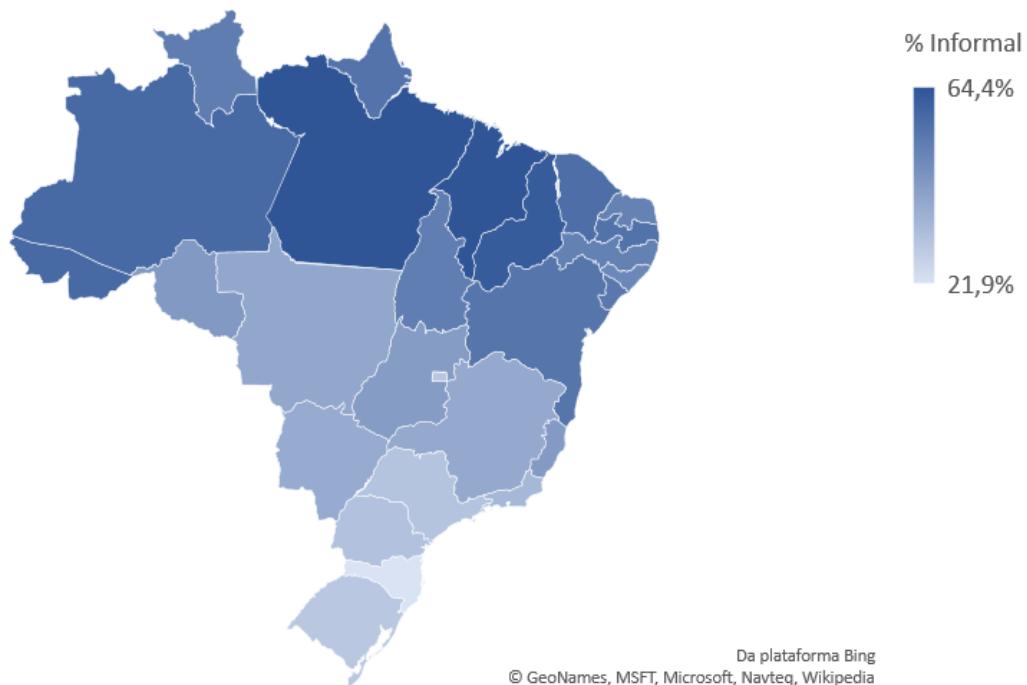
Informalidade

No 2º trimestre de 2017, 40% do total de ocupados encontravam-se na informalidade, apresentando aumento gradativo até o 4º trimestre de 2017. No primeiro trimestre do ano houve uma oscilação com redução e posterior retomada ao nível anterior no segundo trimestre. Consideram-se informais aqueles trabalhadores assalariados, sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares.



Considerando-se a taxa de informalidade por UF, observa-se que a menor taxa encontra-se em Santa Catarina (21,9%), seguida do Distrito Federal (30,4%) e São Paulo (31,4%). Os Estados que apresentam maiores taxas são o Pará e Maranhão (64,4%), e Piauí (62,4%).

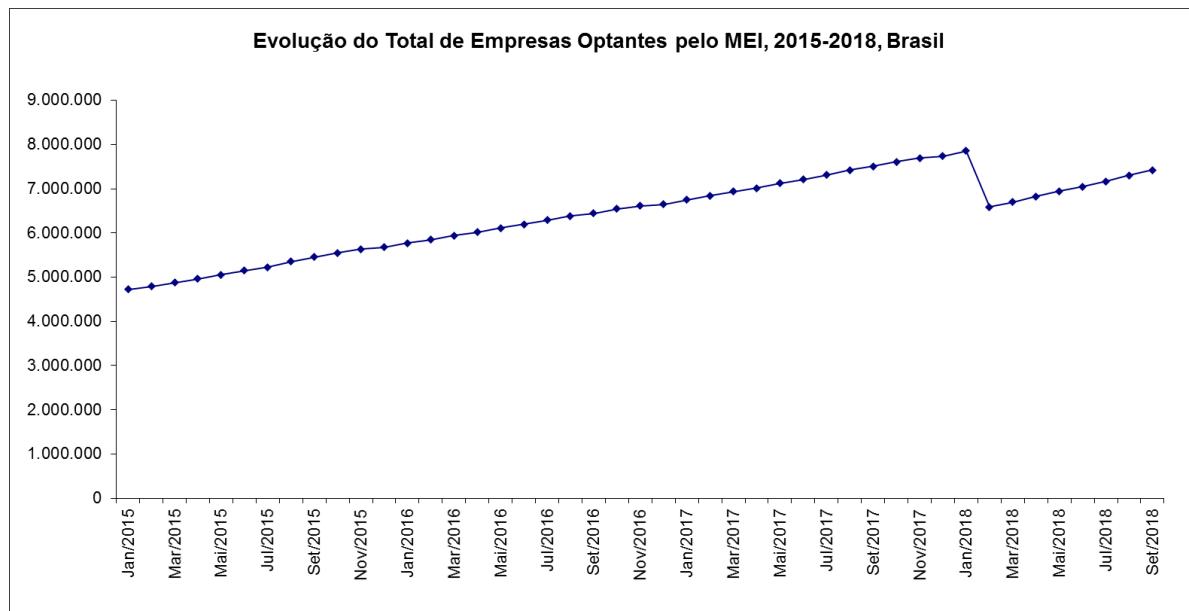
Taxa de Informalidade por UF - 2º/2018



Fonte: PNADC-IBGE

Microempreendedor Individual

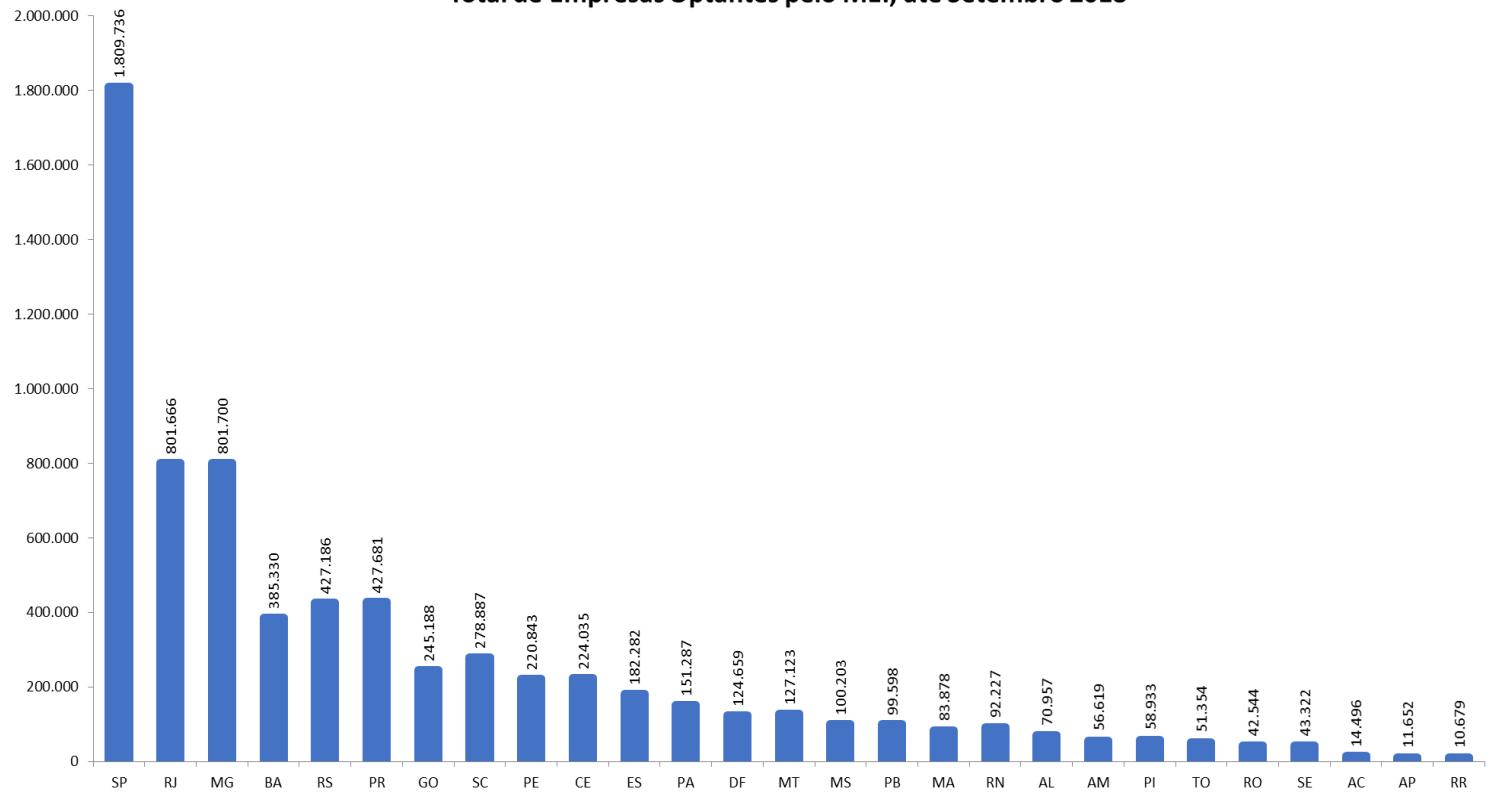
O Microempreendedor Individual apresentou nos últimos 12 meses uma variação relativa de -3,4%. Em fevereiro desse ano, o quantitativo de empresas optantes pelo MEI diminuiu em 1.266.941, mas em março o total de empresas volta a crescer progressivamente, chegando a 7.425.621 em setembro.



Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraídos em: 13/10/2018.

Os estados da região sudeste são as Unidades Federativas com o maior quantitativo de empresas optantes pelo MEI. São Paulo apresenta o maior número de empresas optantes pelo MEI, com 26% do total de 7.425.621.

Total de Empresas Optantes pelo MEI, até Setembro 2018

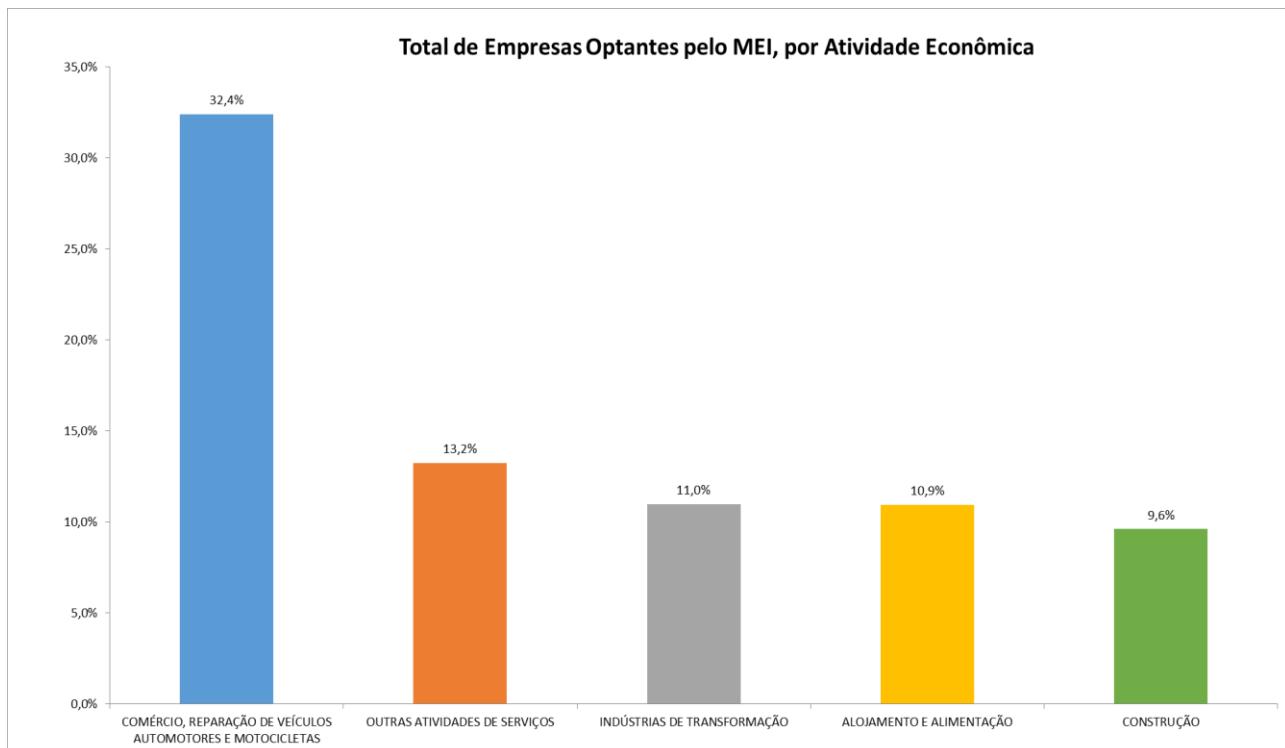


Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraído em: 13/10/2018.

Das empresas optantes pelo MEI, mais de 77% estão concentradas nas atividades econômicas relacionadas a comércio, reparação de veículos, indústria de transformação, alimentação, construção e atividades de serviços.

Os outros 23% estão distribuídos em atividades administrativas, transporte, educação, serviços domésticos, entre outras atividades.

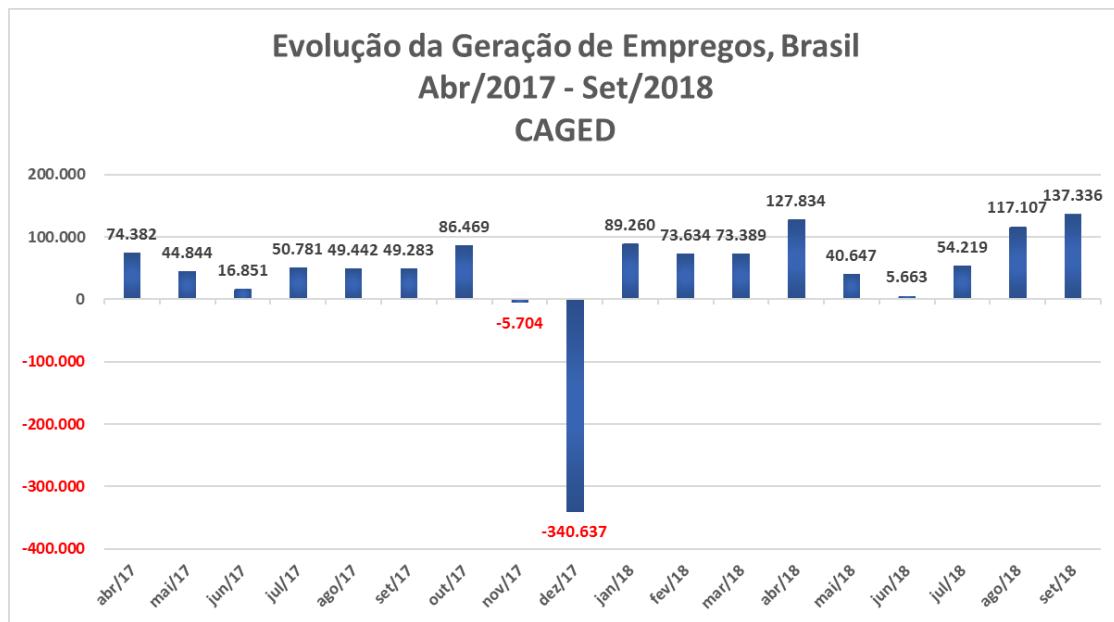
MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL



Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraídos em: 13/10/2018.

Mercado de Trabalho Formal

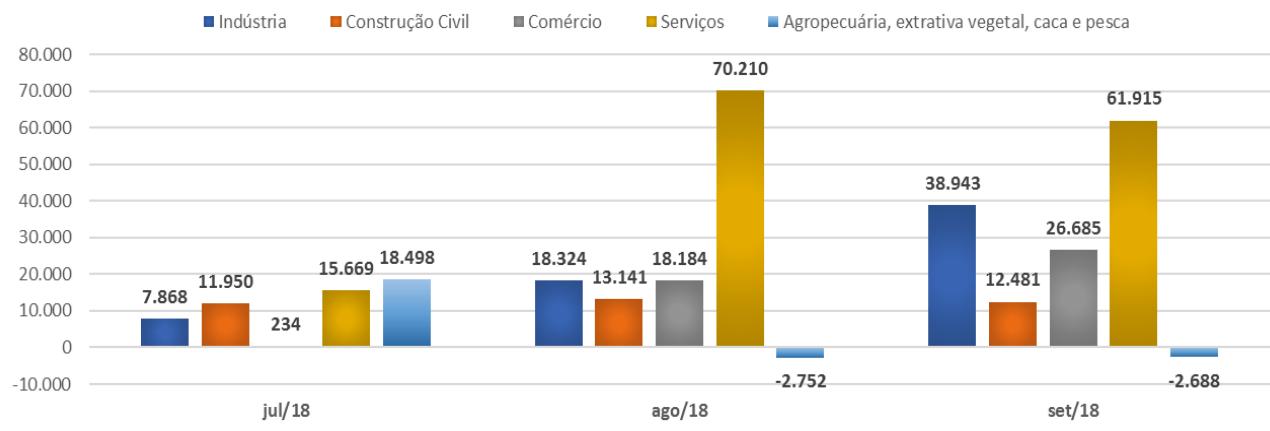
Ao analisarmos o comportamento do mercado de trabalho no terceiro trimestre deste ano, de acordo com Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observou-se saldo positivo de 308.662 novos postos de trabalho no acumulado trimestral.



Fonte: CAGED/MTb

No que se refere ao comportamento dos setores de atividade no período recente, observa-se que, em comparação ao segundo trimestre, houve uma recuperação no saldo de todos os setores, excluindo o setor de Agropecuária, extrativa vegetal, que apresentou saldo negativo nos meses de Agosto e Setembro. No acumulado do trimestre o destaque é do setor de serviços.

**Evolução do Saldo de Movimentação por Grande Setor IBGE
Julho a Setembro/2018 - CAGED**



Fonte: CAGED/MTb

Pessoas com Deficiência

Em relação ao perfil das pessoas com deficiência, a tabela a seguir apresenta os quantitativos por sexo, faixa etária, grau de instrução e tipo de deficiência:

PERFIL DOS PCD, 3º trimestre de 2018		
	Estoque Set/2018	Saldo 3º/2018
Sexo		
Homens	266.113	1.058
Mulheres	145.532	753
Faixa etária		
Até 17 anos	2.077	387
18 a 24 anos	48.799	2.308
25 a 29 anos	53.618	551
30 a 39 anos	127.758	506
40 a 49 anos	103.820	-272
50 a 64 anos	70.411	-1.396
65 anos ou mais	5.161	-273
Grau de instrução		
Sem instrução	3.296	81
Ensino fundamental incompleto	62.226	-557
Ensino fundamental completo	38.613	-346
Ensino médio incompleto	31.067	280
Ensino médio completo	200.721	2.138
Ensino superior incompleto	17.186	122
Ensino superior completo	58.536	93
Tipo de Deficiência		
Física	195.323	920
Auditiva	78.719	160
Visual	58.030	1.005
Intelectual (mental)	37.548	688
Múltipla	6.700	9
Reabilitado	35.325	-971
Total	411.645	1.811

Fonte: RAIS e CAGED/MTb

Observa-se maior saldo de pessoas do sexo masculino no terceiro trimestre de 2018, com 1.058 (58,42%).

A faixa etária com maior saldo de pessoas com deficiência é a de 18 a 24 anos, seguida pelos de 25 a 29 anos – são 2.308 e 551 pessoas, respectivamente.

No que se refere ao grau de instrução, o maior saldo de pessoas com deficiência para o trimestre está naqueles de ensino médio completo, com 2.138 pessoas, em seguida os de ensino médio incompleto, com 280 pessoas.

Em relação ao tipo de deficiência, o maior estoque em setembro de 2018 foi do tipo física, com 195.323 pessoas. Já o maior saldo ao final do trimestre foi alcançado pelo tipo de deficiência visual, atingindo 1.005 registros.

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

Idosos

Em relação ao perfil dos idosos, a tabela a seguir apresenta os quantitativos por sexo e grau de instrução para o trimestre:

PERFIL DOS IDOSOS (acima de 65 anos), 3º trimestre de 2018		
	Estoque Set/2018	Saldo 3º/2018
Sexo		
Homens	262.200	-12.954
Mulheres	93.661	-3.393
Grau de instrução		
Sem instrução	4.735	-301
Ensino fundamental incompleto	104.626	-5.689
Ensino fundamental completo	58.929	-2.843
Ensino médio incompleto	18.308	-948
Ensino médio completo	99.575	-4.595
Ensino superior incompleto	4.506	-173
Ensino superior completo	65.182	-1.798
Total	355.861	-16.347

Fonte: RAIS e CAGED/MTb

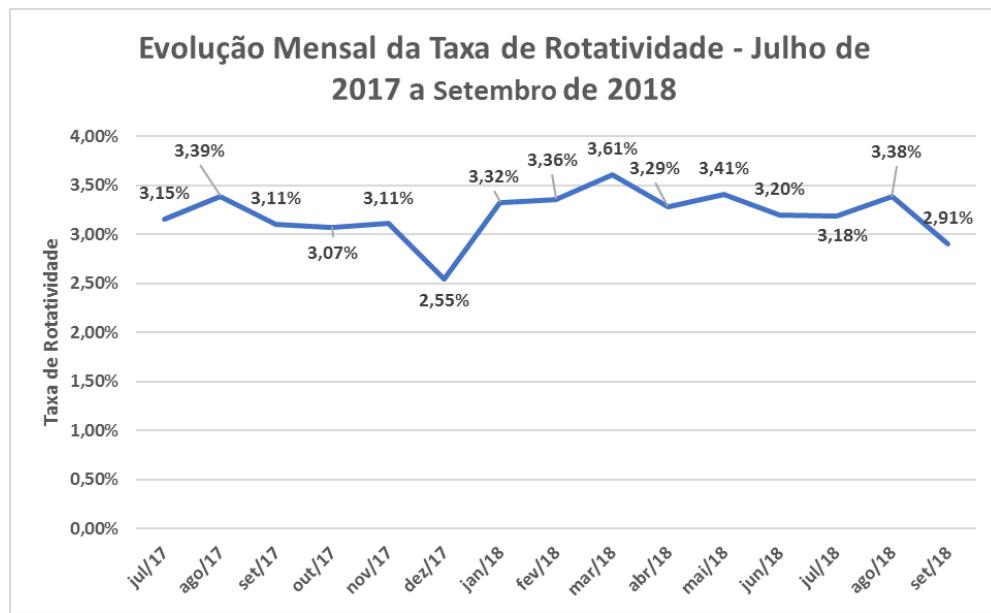
Nota-se maior estoque de idosos do sexo masculino em setembro de 2018, com 262.200 (73,68%). A categoria apresenta também o menor saldo durante o semestre, atingindo -12.954 trabalhadores.

Em relação ao grau de instrução, o maior estoque em setembro de 2018 foi para os de ensino fundamental incompleto, com 104.626 pessoas, em seguida os de ensino médio completo, na marca de 99.575.

Taxa de Rotatividade

A taxa de rotatividade é calculada como a razão do mínimo entre admitidos e desligados e o estoque médio entre os períodos considerados. Mede o percentual dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque médio entre os meses, em nível geográfico e setorial, mas não em nível ocupacional. Assim, esse indicador, em virtude da forma agregada como é calculado, não permite quantificar a substituição dos trabalhadores com o mesmo perfil ocupacional. A base de dados utilizada para o cálculo da taxa de rotatividade nesta seção é a base de gestão do CAGED.

A análise da evolução mensal da taxa de rotatividade do Brasil apresenta um padrão de tendência de alta no início do ano e de queda no fim do ano. No início de 2018 a taxa atinge um valor máximo de 3,61% em março e mínimo de 2,91% em setembro do mesmo ano.



Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 19/10/2018.

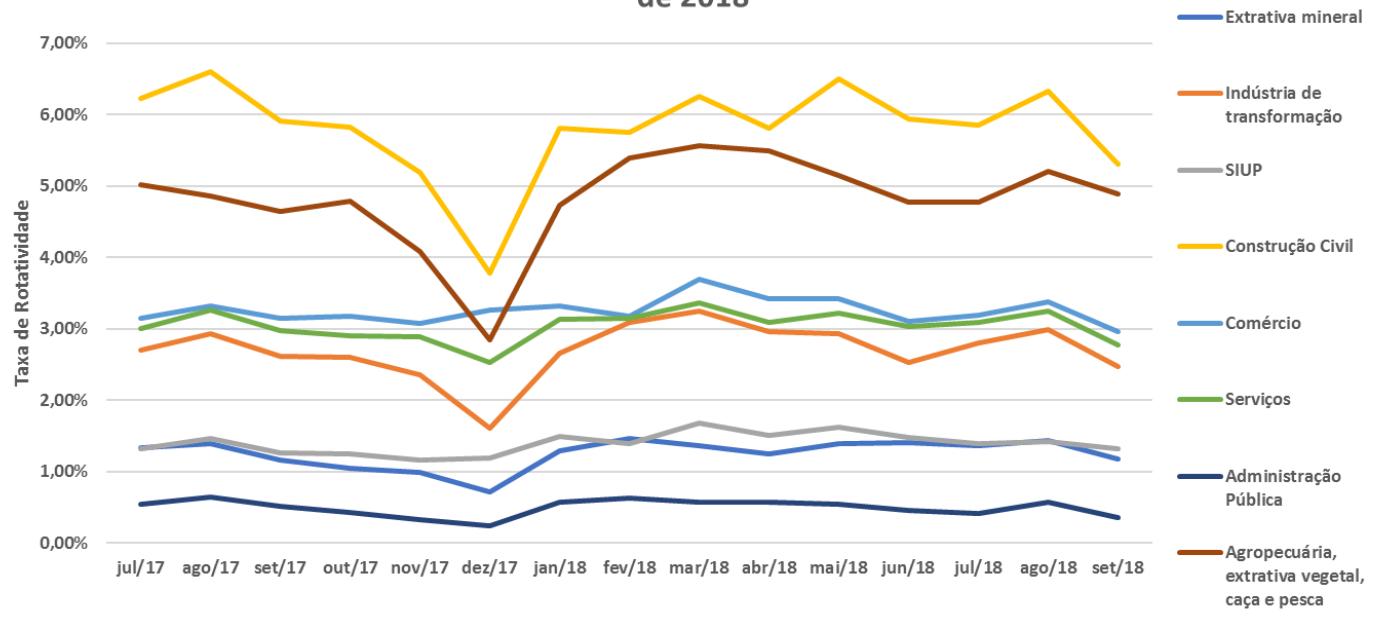
A evolução mensal da taxa de rotatividade por setor permite identificar tendências sazonais e o comportamento médio da rotatividade dentro dos setores.

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

Os setores de Construção Civil, Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, Serviços, Indústria de Transformação e Extrativa Mineral apresentaram uma tendência de queda da taxa de rotatividade ao longo do ano de 2017, com valores mais altos no início do ano e os menores valores no mês de dezembro. Os outros setores de Comércio, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública apresentaram estabilidade da taxa de rotatividade ao longo do ano. Com o início do ano de 2018 a rotatividade voltou a apresentar crescimento em todos setores com destaque para Construção Civil, Agropecuária e Comércio.

Chamam atenção os altos valores percentuais (próximos de 4% em média) da taxa para os setores de Construção Civil e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca e o valor baixo do setor de Administração Pública, de 0,4% em média.

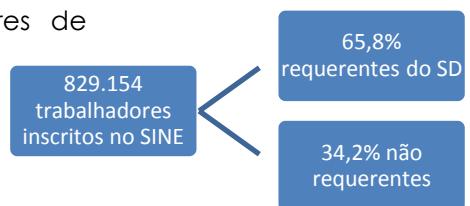
Evolução Mensal da Taxa de Rotatividade, por Setor - Julho de 2017 a Setembro de 2018



Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 19/10/2018.

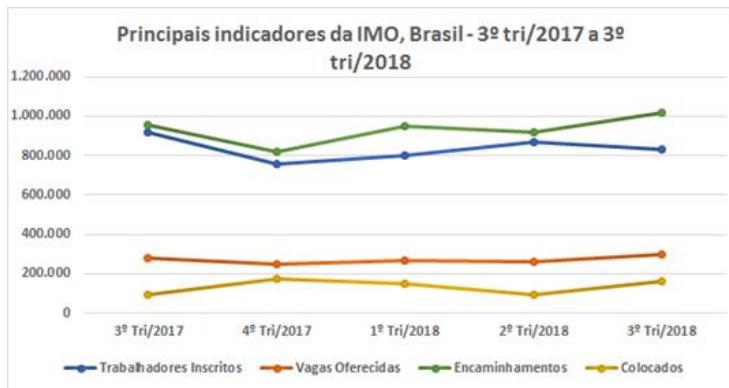
2. Intermediação de Mão-de-Obra (IMO)

Nesta seção apresentam-se os principais dados e indicadores de acompanhamento da política de intermediação de mão-de-obra (IMO) executada pelo SINE. Os dados são provenientes da base de gestão da IMO. Foi traçada a caracterização por recorte de gênero, faixa etária, escolaridade, ocupação e setor de atuação.



Período	Inscritos	Vagas Oferecidas	Encaminhamentos	Colocados
3º Tri/2017	921.207	281.264	956.236	97.234
4º Tri/2017	758.801	250.934	817.165	173.097
1º Tri/2018	798.493	267.844	949.383	153.052
2º Tri/2018	868.478	262.560	920.108	97.400
3º Tri/2018	829.154	301.380	1.017.605	161.225

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018

No terceiro trimestre de 2018, houveram 829.154 trabalhadores inscritos no SINE, desse total, 65,8% eram monitorados pelo Seguro Desemprego (SD).

O número de trabalhadores que se inscreveram no SINE apresenta uma redução de 4,53% do número de inscritos no trimestre anterior.

Em relação aos trabalhadores que conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal por intermédio do SINE, observa-se um aumento no terceiro trimestre de 2018 com relação ao anterior. Considerando o terceiro de 2017 (97.234) e de 2018 (161.225), o aumento foi de 65,81%.

Perfil dos Inscritos

Levando em consideração o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE, em relação ao sexo, faixa etária e grau de instrução, percebe-se que há distinções entre aqueles que eram requerentes do Seguro Desemprego e aqueles que buscaram o SINE apenas à procura de uma vaga de emprego (não requerentes).

Entre os requerentes do SD, 55,85% eram homens e observa-se concentração na faixa etária de 18 a 24 anos (28,93%) e 30 a 39 anos (25,48%); e na população com ensino médio completo (52,23%). Já entre os não requerentes, predomina o sexo feminino (53,98%) e a concentração na faixa etária de 18 a 24 anos é bem maior, de 54,58%. Em relação a escolaridade, ainda que a maior concentração se dê na população com ensino médio completo (40,69%), observa-se que essa porcentagem é menor que nos trabalhadores requerentes, havendo ainda um destaque para a faixa de ensino médio incompleto com 24,5%. Nesse cenário, destaca-se a procura de emprego no SINE especialmente pelos mais jovens.

PERFIL DOS INSCRITOS NO SINE (%), 2º trimestre de 2018		
	Requerente do SD	Não requerente do SD
Sexo		
Homens	55,8%	46%
Mulheres	44,1%	54%
Faixa etária		
Até 17 anos	0,3%	12,5%
18 a 24 anos	28,9%	54,6%
25 a 29 anos	14,9%	8,4%
30 a 39 anos	25,5%	11%
40 a 49 anos	18,4%	7,7%
50 a 64 anos	11,5%	5,4%
65 anos ou mais	0,4%	0,5%
Grau de instrução		
Sem instrução	0,7%	0,3%
Ensino fundamental incompleto	12,8%	14,1%
Ensino fundamental completo	9,5%	6,7%
Ensino médio incompleto	9,7%	24,5%
Ensino médio completo	52,2%	40,7%
Ensino superior incompleto	4,7%	7,3%
Ensino superior completo	10,3%	4,6%
Total	100,0%	100,0%

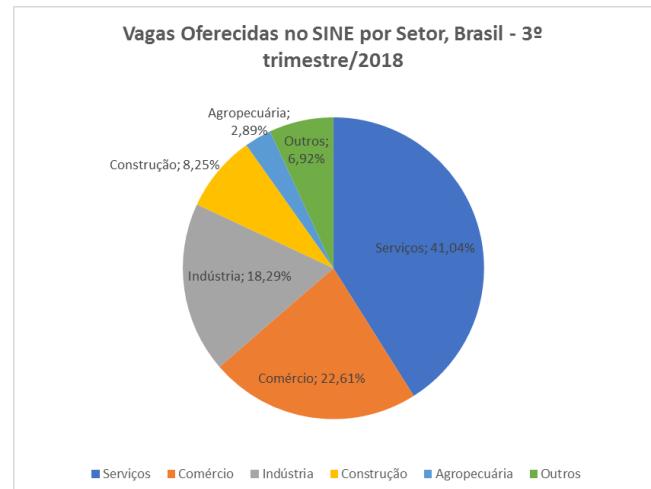
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 16/10/2018

Perfil das Vagas Ofertadas no SINE

No que se refere às vagas de emprego oferecidas pelo SINE, observa-se que, no segundo trimestre de 2018, a grande maioria (41,04%) era no setor de serviços, seguida pelo comércio (22,61%) e indústria (18,29%). As principais ocupações das vagas oferecidas foram: Alimentador de Linha de Produção, Faxineiro e Vendedor de Comércio Varejista. As ocupações com maior oferta de vagas nesse período podem ser observadas na tabela abaixo, bem como a distribuição por setor.

Quantidade de vagas oferecidas no SINE por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	3º trimestre de 2018	%
Alimentador de Linha de Produção	22.863	7,6%
Faxineiro	16.670	5,5%
Vendedor de Comercio Varejista	14.219	4,7%
Operador de Caixa	8.453	2,8%
Auxiliar de Escritório, em Geral	7.957	2,6%
Atendente de lojas e mercados	7.954	2,6%
Motorista de Caminhão	6.915	2,3%
Operador de Telemarketing Receptivo	6.836	2,3%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	6.760	2,2%
Servente de Obras	6.695	2,2%
Trabalhador da Pecuária	6.363	2,1%
Vendedor Pracista	5.608	1,9%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	5.540	1,8%
Repositor de Mercadorias	5.245	1,7%
Atendente de Lanchonete	4.832	1,6%
Ajudante de Motorista	3.922	1,3%
Operador de Telemarketing Ativo	3.806	1,3%
Pedreiro	3.475	1,2%
Vendedor em Domicilio	3.441	1,1%
Trabalhador da Cultura de Cana-De-Açúcar	3.294	1,1%
Outras	150.476	49,9%
Total	301.324	100%

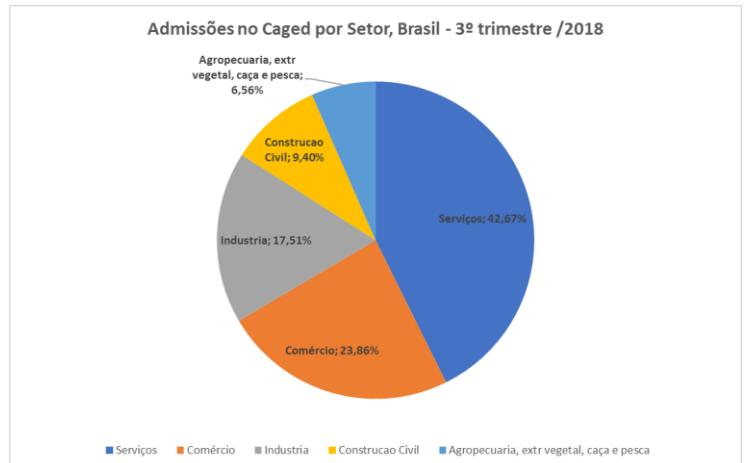
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 16/10/2018



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018

Quando comparamos com as admissões no mercado formal, do ponto de vista setorial e ocupacional, observa-se que as vagas oferecidas no SINE têm perfil semelhante.

Ocupação (20+)	3º Trimestre de 2018	%
Vendedor de Comercio Varejista	224.157	5,8%
Auxiliar de Escritório, em Geral	179.953	4,6%
Faxineiro	156.763	4,0%
Alimentador de Linha de Produção	140.971	3,6%
Servente de Obras	133.743	3,5%
Assistente Administrativo	113.303	2,9%
Operador de Caixa	97.956	2,5%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	70.875	1,8%
Repositor de Mercadorias	63.928	1,7%
Atendente de Lanchonete	62.695	1,6%
Pedreiro	60.709	1,6%
Recepionista, em Geral	58.602	1,5%
Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	53.905	1,4%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	53.125	1,4%
Atendente de Lojas e Mercados	48.834	1,3%
Cozinheiro Geral	46.306	1,2%
Trabalhador Agropecuário em Geral	46.187	1,2%
Trabalhador Volante da Agricultura	44.983	1,2%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	44.593	1,2%
Porteiro de Edifícios	42.701	1,1%
Outras	2.129.047	55,0%
Total	3.873.336	100%
Fonte: BGCAGED/MTb		



Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018.

Indicadores de efetividade do SINE

A razão entre o total de colocados pelo SINE e o total de admitidos no mercado de trabalho formal reflete a contribuição do SINE para a dinâmica do mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2018, na média nacional, 4,2% das admissões no mercado de trabalho formal se deram por meio da política de intermediação de mão-de-obra do SINE.

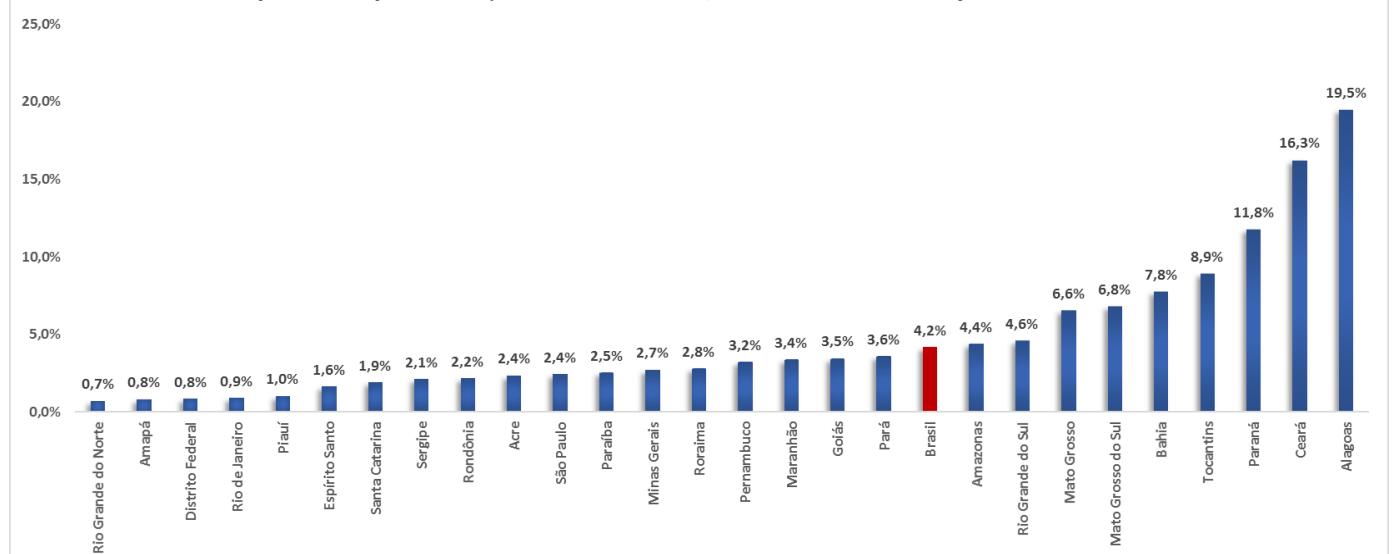
Evolução da Relação de Colocações no SINE por Admissões no CAGED, Brasil - 2016 a 2018



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 19/10/2018

A análise regional revela grande disparidade entre os estados, sendo Alagoas, Ceará e Paraná aqueles que apresentaram melhor desempenho no período.

Relação de Colocações no SINE por Admissões no CAGED, Brasil e Unidades de Federação - 3º trimestre de 2018



Fonte: BGIMO/MTb e BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

A tabela abaixo apresenta o número de trabalhadores inscritos por ocupação pretendida informada, bem como a quantidade de encaminhamentos, colocados e as vagas oferecidas. Percebe-se que há um percentual de vagas ofertadas que não estão sendo preenchidas, mesmo havendo um grande número de trabalhadores com o mesmo perfil em termos de pretensão ocupacional. Tais dados apontam para os desafios enfrentados na implementação da política de intermediação de mão-de-obra no SINE que, tendo em vista a melhoria da eficiência do serviço, devem ser investigados.

Quantidade de trabalhadores inscritos, vagas oferecidas e trabalhadores inscritos no SINE por CBO Ocupação (20+), 3º trimestre de 2018					
Ocupação Pretendida	Trabalhadores inscritos	Trabalhadores Encaminhados	Vagas Oferecidas	Trabalhadores colocados	Colocados/Vagas oferecidas
Auxiliar de Escritório, em Geral	95.910	35.524	7.960	3.438	43,2%
Vendedor de Comercio Varejista	95.025	61.700	14.218	2.548	17,9%
Atendente de lojas e mercados	72.226	32.309	7.955	1.532	19,3%
Alimentador de Linha de Produção	70.702	69.615	22.874	13.303	58,2%
Faxineiro	62.436	68.466	16.670	4.236	25,4%
Repcionista, em Geral	60.158	16.591	2.973	1.137	38,2%
Repositor de Mercadorias	55.421	19.966	5.257	1.450	27,6%
Operador de Caixa	51.945	35.608	8.452	2.886	34,1%
Assistente Administrativo	30.608	10.662	2.957	1.892	64,0%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	29.540	35.544	6.758	1.779	26,3%
Atendente de Lanchonete	27.056	16.528	4.832	733	15,2%
Servente de Obras	27.052	20.527	6.690	3.710	55,5%
Embalador, a Mao	21.558	6.616	2.145	913	42,6%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	19.642	25.182	5.545	2.885	52,0%
Operador de Telemarketing Receptivo	19.212	15.286	6.836	1.133	16,6%
Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	17.552	15.076	2.519	805	32,0%
Ajudante de Motorista	15.664	15.242	3.915	1.160	29,6%
Garçom	13.845	9.475	2.370	747	31,5%
Trabalhador da Manutenção de Edificações	13.780	9.525	2.172	1.143	52,6%
Almoxarife	12.404	7.246	1.274	1.098	86,2%

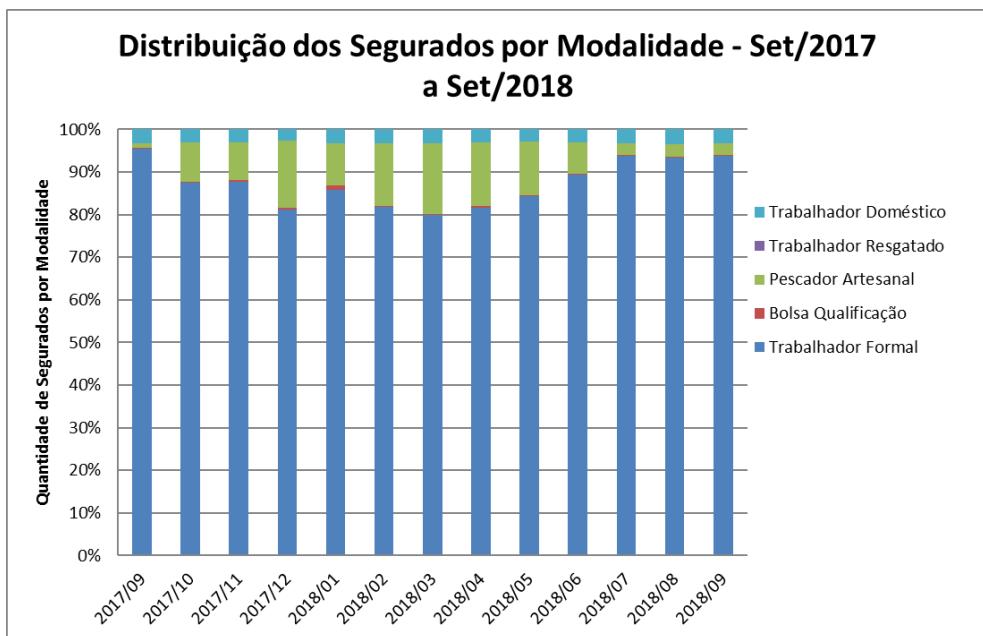
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 19/10/2018

3. Seguro-Desemprego

Nesta seção apresenta-se alguns dados e indicadores sobre o Seguro-Desemprego. As bases de dados utilizadas são a base de gestão do CAGED e a base de gestão do Seguro-Desemprego.

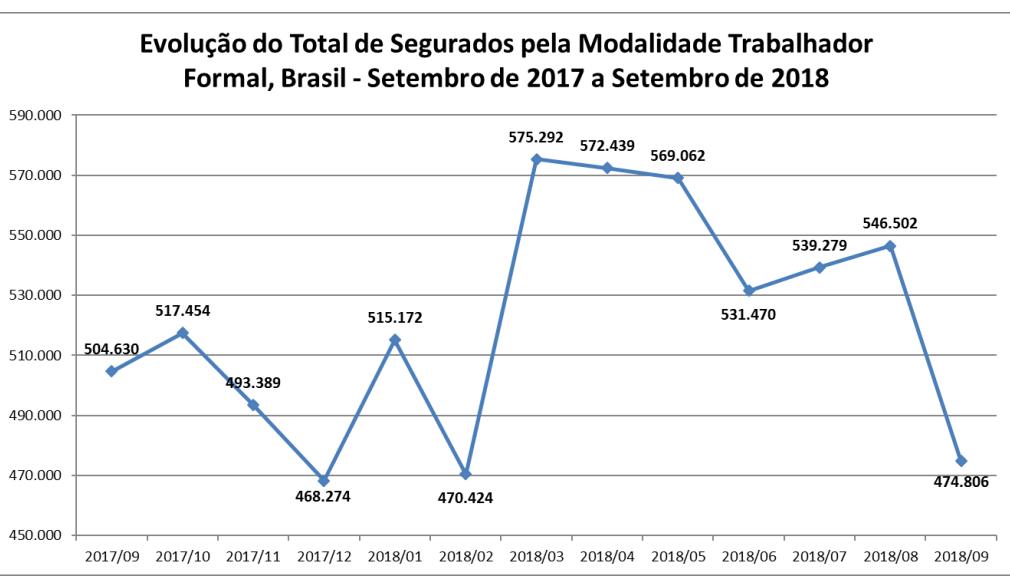
O Programa do Seguro-Desemprego

De setembro de 2017 a setembro de 2018, em média, 599.153 requerentes do seguro desemprego por alguma das modalidades conseguiram receber o direito por mês. O gráfico apresenta a evolução da distribuição de segurados por modalidade nos últimos 13 meses.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018.

A modalidade trabalhador formal é aquela que apresenta maior quantidade de segurados. O maior valor de novos segurados por essa modalidade no período de setembro de 2017 a setembro de 2018 foi de 575.292, em março de 2018. Já o menor valor foi registrado em dezembro de 2017, com 468.274 segurados.

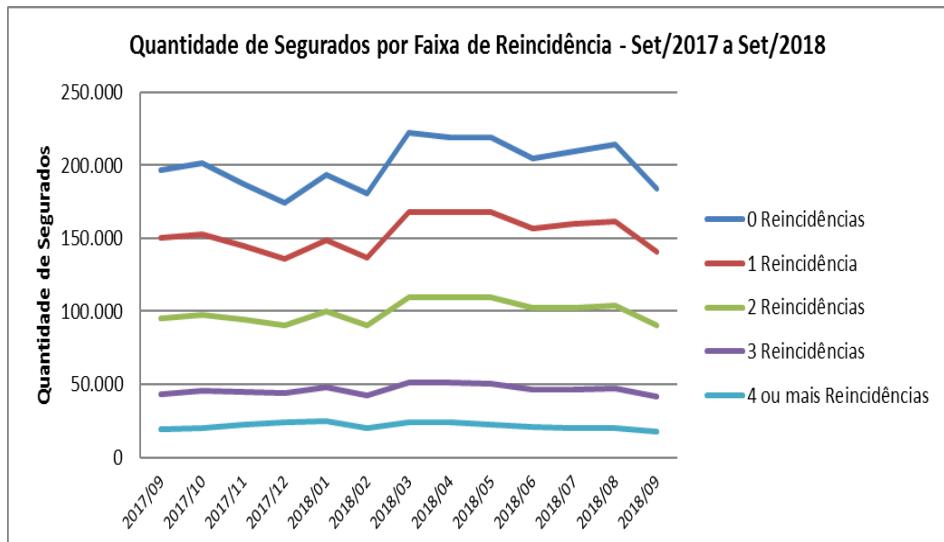


Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018.

Reincidências

A base de gestão do Seguro Desemprego permite apresentar a quantidade de segurados de acordo com a reincidência de requerimento do seguro desemprego. As faixas apresentadas são de nenhuma reincidência, uma reincidência, duas reincidências, três reincidências e quatro ou mais reincidências.

Observa-se que as faixas de reincidência que possuem mais segurados são aquelas com menos reincidências.

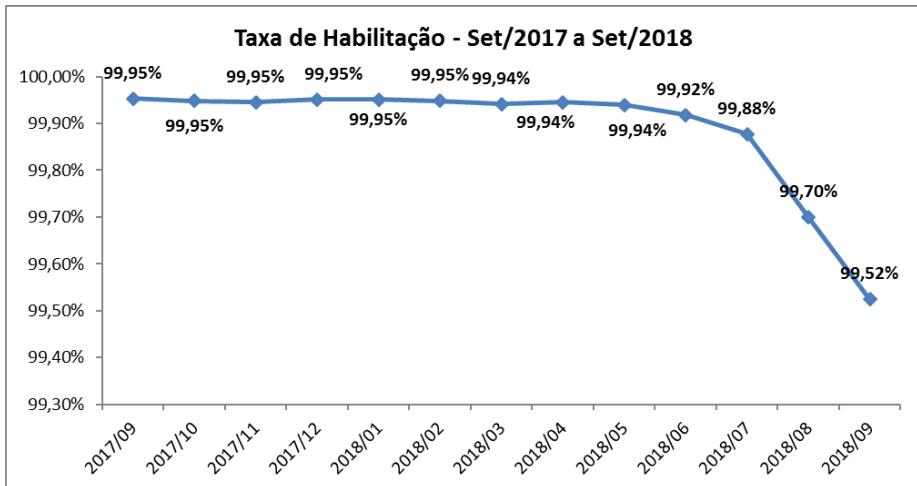


Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018.

Taxa de Habilitação

A taxa de habilitação do seguro desemprego é um indicador calculado como a razão da quantidade de segurados pela quantidade de requerentes do seguro desemprego no período.

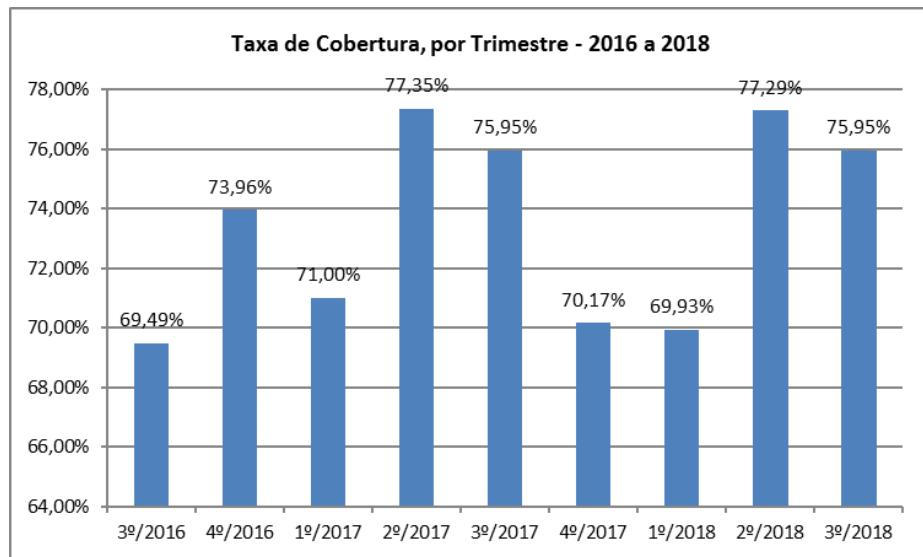
Destacam-se os altos valores de taxa de habilitação para o seguro desemprego, revelando que a expectativa dos trabalhadores, juntamente com o serviço de atendimento ao requerente, vem mantendo seu elevado desempenho, apesar da tendência de queda nos últimos meses.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018.

Taxa de Cobertura

A taxa de cobertura do seguro-desemprego é um indicador calculado pela razão da quantidade de segurados no período e a quantidade de desligados que são potenciais requerentes pelos dados do CAGED. Para a estimação dos potenciais requerentes do seguro desemprego através do CAGED foram considerados todos os desligados com tipo de desligamento sem justa causa.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 17/10/2018.

A evolução trimestral revela uma tendência de estabilidade da taxa de cobertura do seguro desemprego flutuando entre 70% e 80%. O terceiro trimestre de 2018 apresentou o maior valor de taxa de cobertura da série – 75,95% com uma pequena queda em relação ao trimestre anterior (77,29%). Esse movimento foi decorrente de uma diminuição na quantidade de segurados de maior proporção que a queda na quantidade de desligados sem justa causa.

Perfil dos Segurados

Nesta seção são apresentadas as características de faixa etária e gênero dos segurados nos meses de julho a setembro de 2018. Os dados mostram que a maioria dos segurados são homens, representando 60,01% do total. Todavia, as mulheres apresentam uma taxa de cobertura superior à masculina (80,25% contra 72,87%).

Por faixa etária, a distribuição da quantidade de segurados e da taxa de cobertura apresenta, em geral, valores maiores para as faixas medianas de idade e valores menores para faixas mais jovens e mais idosas. Vale ressaltar os maiores valores de segurados para a faixa de 30 a 39 anos e de taxa de cobertura para a faixa de 40 a 49 anos.

PERFIL DOS SEGURADOS (%), de Julho a Setembro de 2018		
	Segurados	Taxa de Cobertura
Sexo		
Homens	936.461	72,87%
Mulheres	624.126	80,25%
Faixa etária		
Até 17 anos	1.628	25,28%
18 a 24 anos	265.649	66,78%
25 a 29 anos	298.823	77,97%
30 a 39 anos	529.892	79,49%
40 a 49 anos	305.709	80,64%
50 a 64 anos	155.624	72,42%
65 anos ou mais	3.258	22,22%

Fonte: BGSD/MTb e BGCAGED/Mtb. Dados extraídos em 17/10/2018.

4. Qualificação profissional

Escola do Trabalhador

A Escola do Trabalhador é uma das ações implementadas pelo Ministério do Trabalho (MTb), visando a qualificação de milhares de trabalhadores brasileiros e o combate ao desemprego. Por meio da Escola são ofertados cursos em doze eixos tecnológicos, respeitando as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Os cursos disponibilizados na Escola do Trabalhador são online, abertos à sociedade, com acesso irrestrito, gratuito e sem necessidade de escolaridade prévia. A certificação será realizada pela Universidade de Brasília (UnB) como cursos de extensão.

No período de julho a setembro de 2018 foram cadastrados 142.730 usuários e realizadas 217.720 matrículas. A matrícula é o ato de registro no portal do interesse de um participante em realizar o curso; como o mesmo participante pode se inscrever em mais de um curso o número de matrículas tende a ser maior do que o de usuários inscritos.

O maior número de matrículas foi realizado no mês de agosto, com 147.144. O mês de agosto apresentou também a maior quantidade de qualificados do trimestre, atingindo a marca de 16.862.

Mês	Cadastrados	Matrículas	Qualificados
Julho	12.357	19.949	4.111
Agosto	95.330	147.144	16.862
Setembro	35.043	50.627	15.944
Total	142.730	217.720	36.917

Fonte: Escola do Trabalhador, MTb

Aprendizagem Profissional

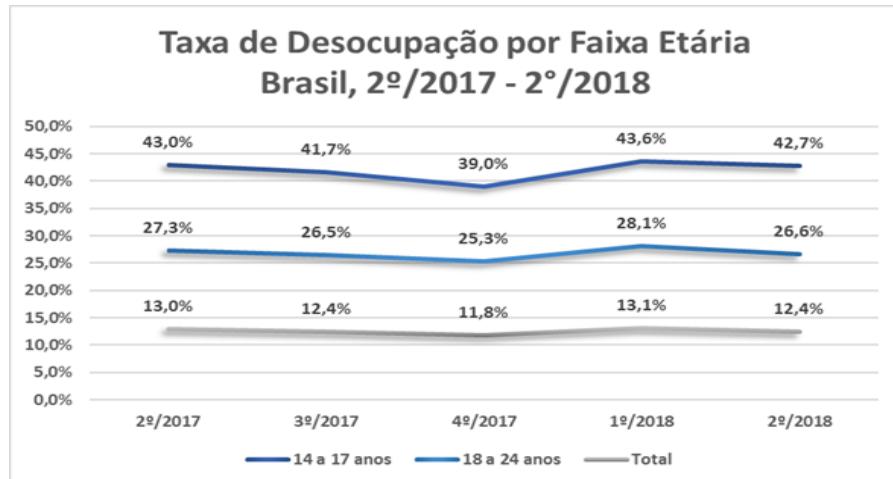
No terceiro trimestre de 2018, segundo dados do CAGED, houveram 28.238 novos postos de trabalho para aprendizes. O maior estoque em setembro de 2018 foi do sexo masculino, na faixa de 237.036 (51,69%), contra 221.550 do sexo feminino (48,31%).

Em relação ao grau de instrução, percebe-se maior estoque em setembro de 2018 para os aprendizes de ensino médio incompleto, com 223.496. Em segundo lugar está o estoque de setembro para os de ensino médio completo, com 173.663 aprendizes.

PERFIL DOS APRENDIZES, 3º trimestre de 2018		
	Estoque Set/2018	Saldo 3º/2018
Sexo		
Homens	237.036	15.387
Mulheres	221.550	12.851
Grau de instrução		
Sem instrução	60	28
Ensino fundamental incompleto	30.262	3.022
Ensino fundamental completo	11.522	179
Ensino médio incompleto	223.496	13.093
Ensino médio completo	173.663	10.965
Ensino superior incompleto	17.883	861
Ensino superior completo	1.700	90
Total	458.586	28.238

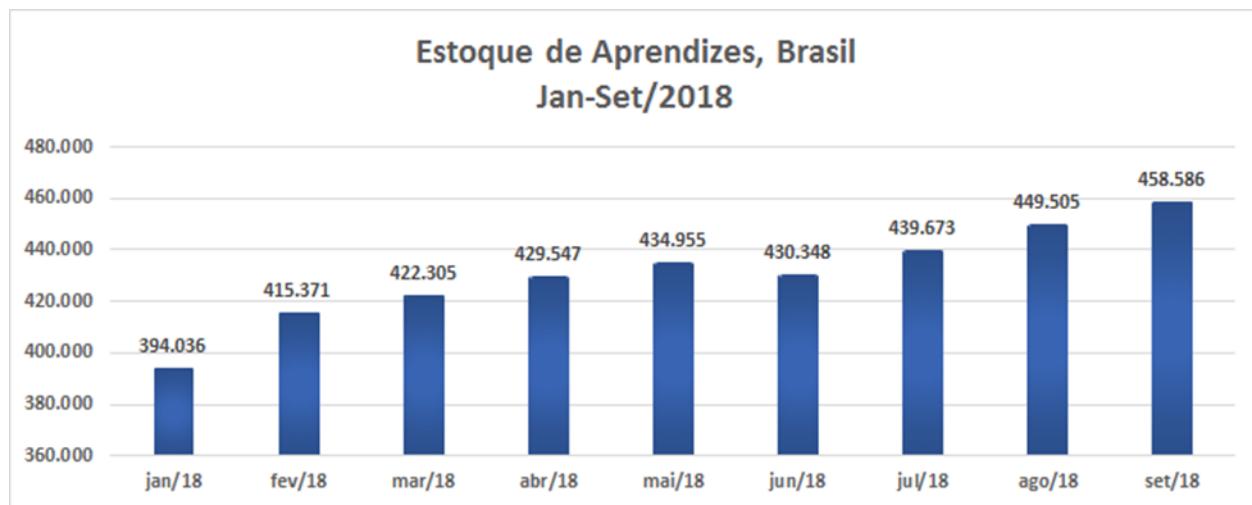
Fonte: RAIS e CAGED/MTb

Em relação ao público da aprendizagem profissional, observa-se uma pequena redução na taxa de desocupação para ambos os grupos, apresentando no 2º trimestre de 2018 o índice de 42,7% para o grupo de 14 a 17 anos e 26,6% para o grupo de 18 a 24 anos.



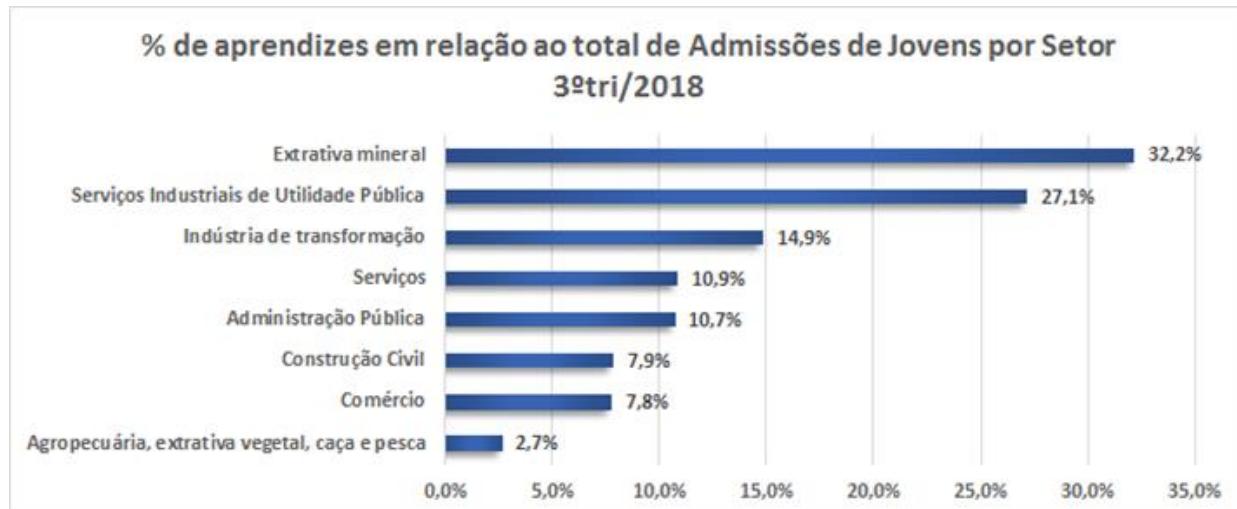
Fonte: PNADC/IBGE

Com base nos dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), obtemos o estoque referente ao valor total de aprendizes ocupados durante janeiro a setembro de 2018. Nota-se uma recuperação, que atinge seu maior valor em setembro de 2018, com um total de 458.586 aprendizes.



Fonte: RAIS e CAGED/MTb.

Em relação à representação dos aprendizes no mercado de trabalho, observou-se que do total de jovens de 14 a 24 anos admitidos de julho a setembro de 2018, 32,2% dos alocados no setor de Extrativa Mineral são aprendizes, seguido de 27,1% em Serviços Industriais de Utilidade Pública e 14,9% em Indústrias de transformação.



Fonte: CAGED/MTb.

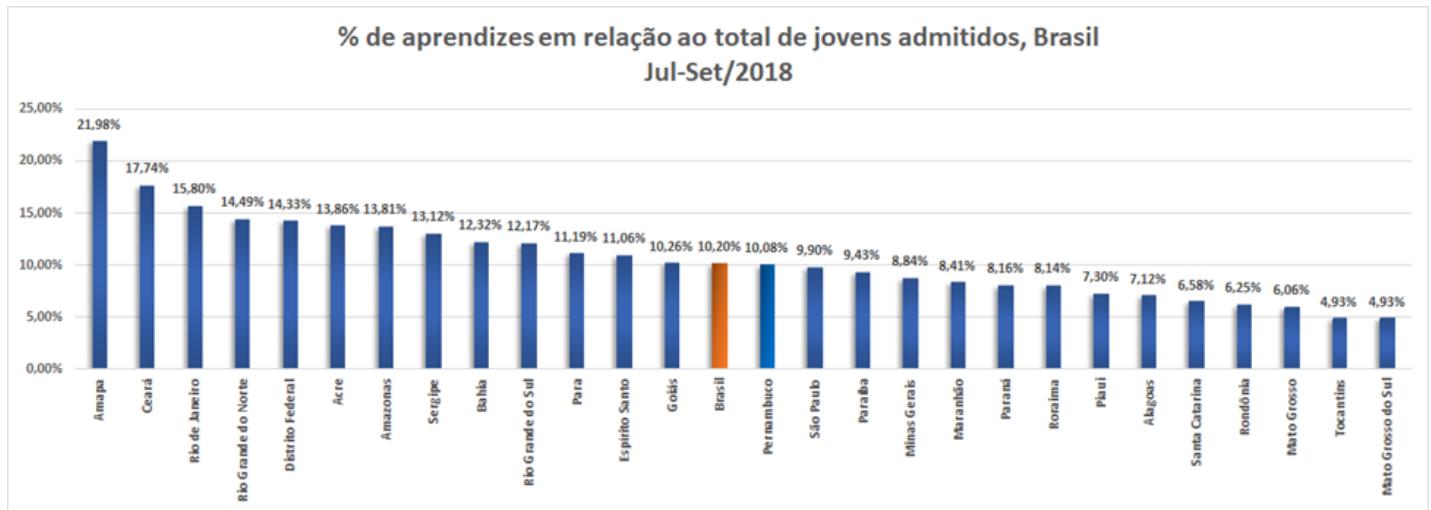
No que se refere à ocupação, a tabela abaixo apresenta o ranking das 10 maiores ocupações entre os jovens admitidos no período como “Ajustador Mecânico” e “Mecânico de manutenção de máquinas, em geral”, 68,4% e 64,5% foram contratados como aprendizes, respectivamente. Destaca-se o aumento na ocupação de “Mecânico de Manutenção de Máquinas, em geral”, que passou de 1.940 para 4.456 aprendizes do segundo para o terceiro trimestre de 2018, representando um aumento de 129%.

Total de Admissões de Jovens por Ocupação – Jul/2018 a Set/2018				
Ocupação	Aprendiz			% Aprendiz
	Não	Sim	Total	
Auxiliar de Escritorio, em Geral	55.443	49.338	104.781	47,1%
Assistente Administrativo	31.375	20.336	51.711	39,3%
Vendedor de Comercio Varejista	87.695	6.487	94.182	6,9%
Repositor de Mercadorias	30.012	5.101	35.113	14,5%
Mecanico de Manutencao de Maquinas, em Geral	2.449	4.456	6.905	64,5%
Alimentador de Linha de Producao	56.382	4.326	60.708	7,1%
Embalador, a Mao	17.300	1.967	19.267	10,2%
Escriturario de Banco	999	1.464	2.463	59,4%
Ajustador Mecanico	673	1.457	2.130	68,4%
Trabalhador Polivalente da Confeccao de Calcados	3.578	1.293	4.871	26,5%

Fonte: CAGED/MTb.

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

No gráfico abaixo exibimos os percentuais de aprendizes em relação ao total de jovens admitidos por Unidades de Federação. Amapá, Ceará e Rio de Janeiro lideram com 21,98%, 17,74% e 15,8%. Mato Grosso do Sul e Tocantins encontram-se na última colocação, com apenas 4,93% de aprendizes em relação ao total de jovens admitidos.

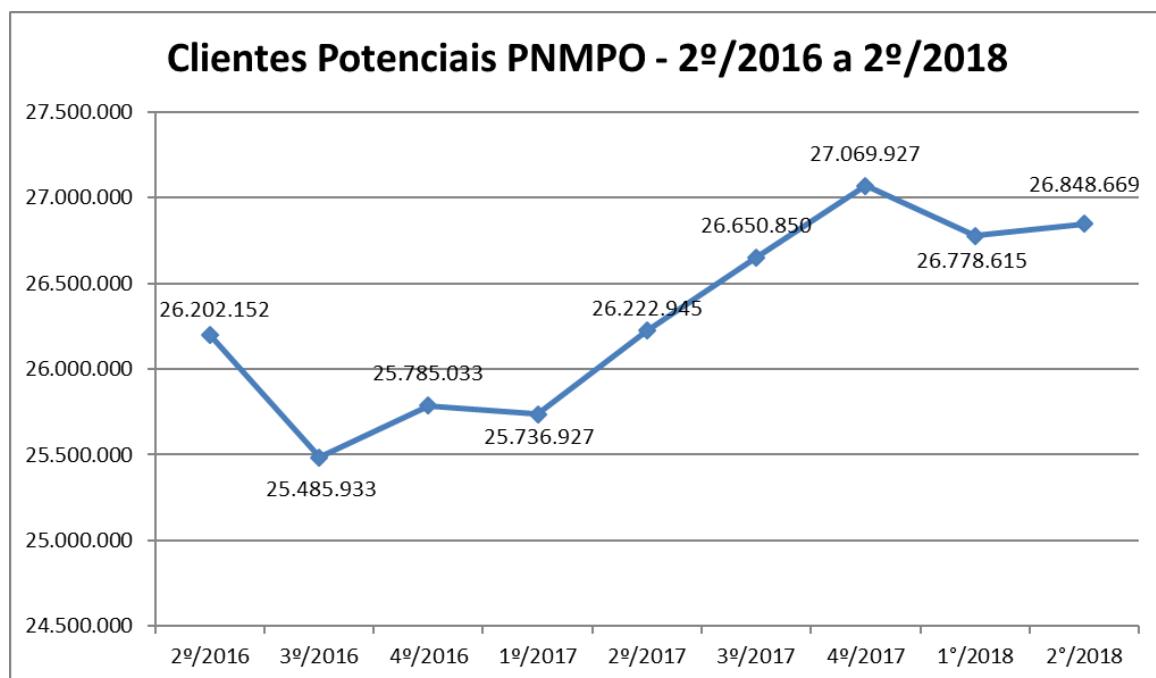


Fonte: CAGED/MTb.

5. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Nesta seção apresentamos análise sobre o público potencial do PNMPO, medido como o total de empreendedores (empregadores e trabalhadores por conta própria), com renda até R\$10.000,00 mensais, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE).

Observando evolução do público potencial do segundo trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2018, verifica-se um crescimento do público tomador de microcrédito até o quarto trimestre do ano passado, onde nota-se o ápice desse período, em que se atingiu um público tomador potencial estimado de 27.069.927 empreendedores, com crescimento de 5,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No segundo trimestre de 2018 o público tomador de microcrédito apresentou um crescimento de 0,3%, atingindo 26.848.669 empreendedores.



Fonte: PNADC/IBGE.

6. Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (PROGER)

No período de junho de 2017 a setembro de 2018 houve uma queda no total de contratos firmados no âmbito do PROGER, passando do valor máximo de 17.446 contratos em junho de 2017 para 1.499 contratos em junho de 2018.

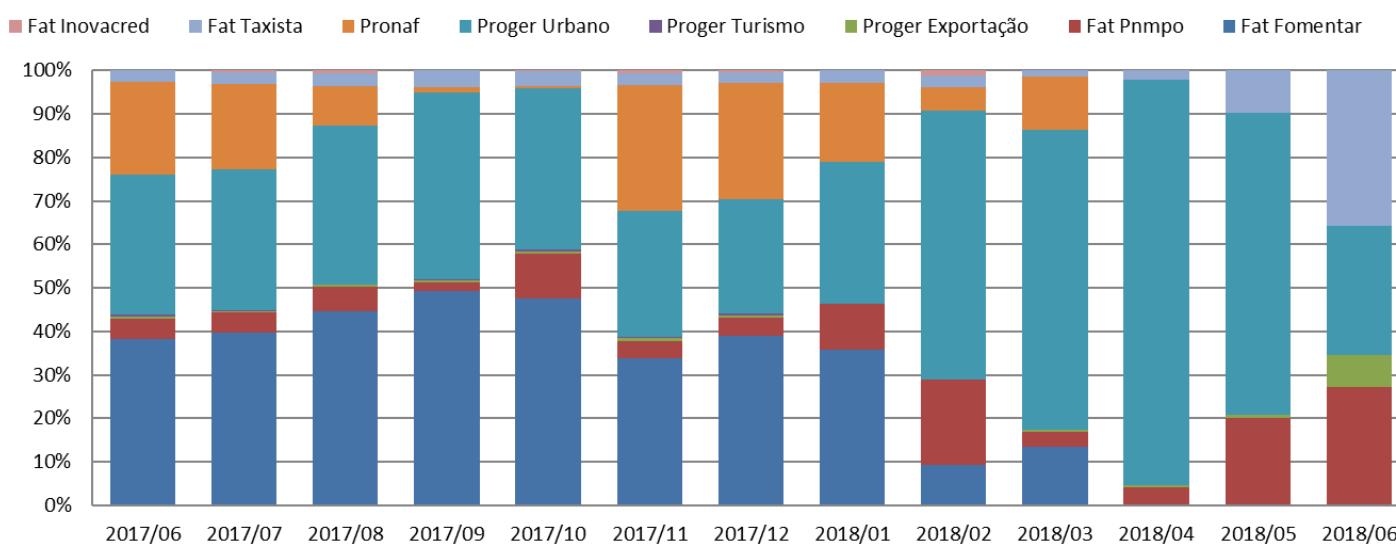
Nesse período, o programa apresentou variação no valor emprestado por mês, com maior valor observado em março de 2018 (R\$ 443.173.136,93) e menor em junho de 2018 (R\$ 23.385.716,42), como mostra a tabela ao lado.

Evolução da Quantidade de Contratos e Volume de Recursos Repassados - junho de 2017 a junho de 2018			
Competência Contrato	Qtd de Contratos	Volume de Recursos	
2017/06	17.446	R\$	395.939.828,75
2017/07	15.990	R\$	353.990.746,36
2017/08	15.191	R\$	301.198.185,63
2017/09	10.882	R\$	251.911.864,74
2017/10	16.197	R\$	282.940.959,30
2017/11	16.310	R\$	383.733.989,33
2017/12	13.712	R\$	360.246.948,80
2018/01	10.615	R\$	205.710.678,48
2018/02	8.538	R\$	169.662.250,75
2018/03	10.831	R\$	443.173.136,93
2018/04	8.040	R\$	385.608.542,96
2018/05	4.606	R\$	88.584.638,20
2018/06	1.499	R\$	23.385.716,42
Total	149.857	R\$	3.646.087.486,65

Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 18/10/2018.

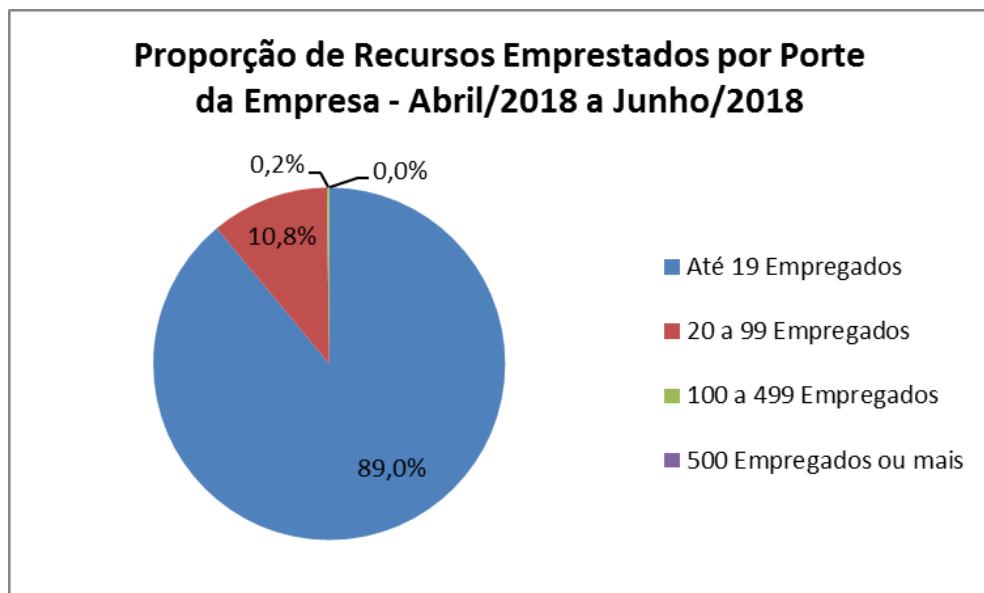
Considerando-se os diferentes Programas de Crédito financiados com recursos do PROGER, tem-se a seguinte evolução da proporção dos valores emprestados:

Evolução da Proporção de Recursos Aplicados por Programa - Junho/2017 a Junho/2018



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 24/08/2018.

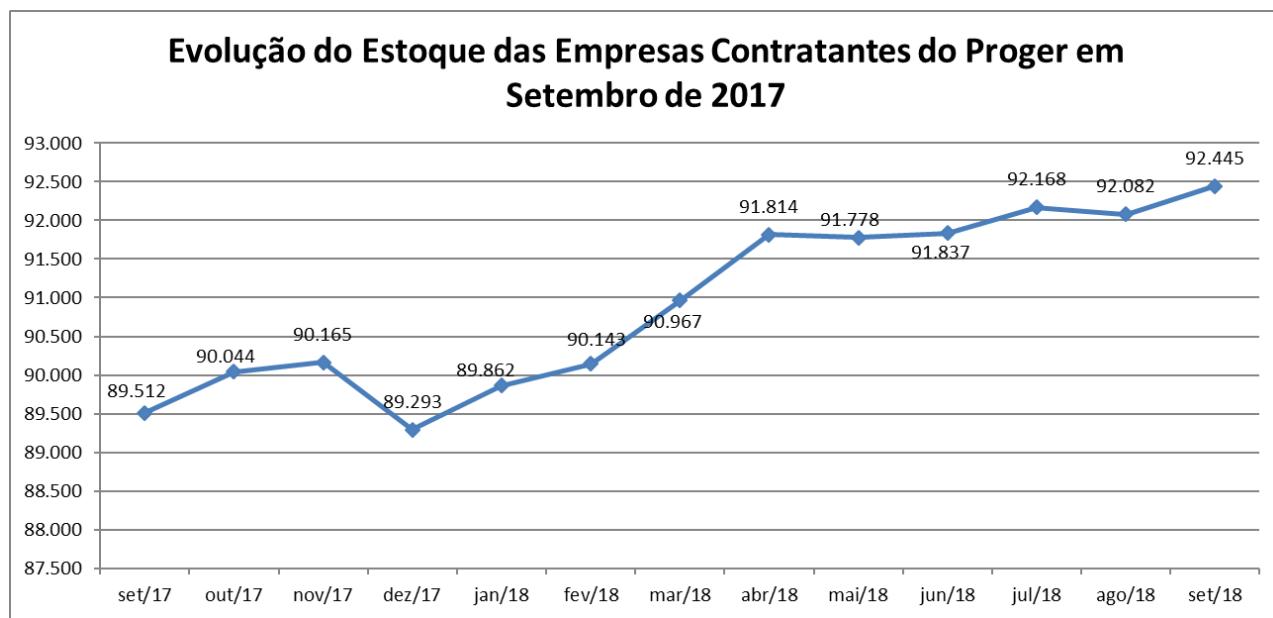
Para o período de abril de 2018 a junho de 2018, considerando-se a variável de porte da empresa, verifica-se que o maior volume emprestado realizado concentra-se nas empresas com até 19 empregados.



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 24/08/2018.

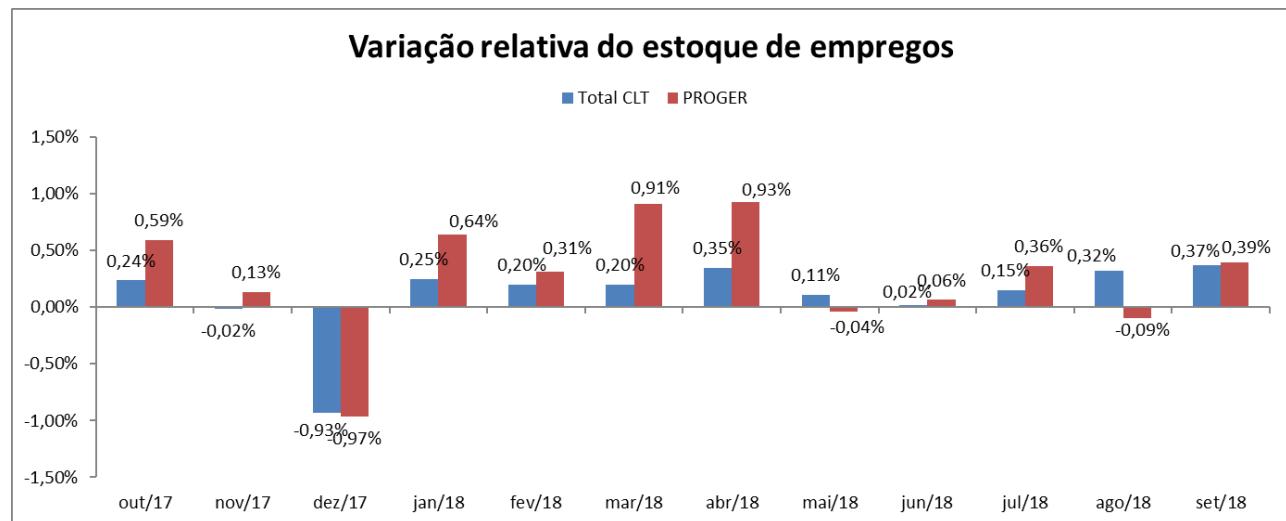
Para analisarmos o resultado do programa em termos de geração de empregos, o gráfico abaixo apresenta o estoque total de empregos referente aos estabelecimentos com contratos firmados em setembro de 2017 no âmbito do PROGER e que declaram a RAIS.

Acrescenta-se mês-a-mês, de acordo com o CAGED, o saldo entre admissões e desligamentos. Tais estabelecimentos apresentaram expansão em seu estoque de empregos nos meses seguintes à contratação do financiamento e comportamento oscilante nos meses seguintes.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 18/10/2018.

Ao compararmos os vínculos ativos celetistas nos estabelecimentos do PROGER com o total de estabelecimentos verifica-se que em outubro de 2017 e março e abril de 2018, aqueles geraram mais empregos, em termos relativos.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 18/10/2018.

7. Abono Salarial

A taxa de cobertura do Abono Salarial é a razão entre o número de benefícios pagos e o número de trabalhadores identificados. O quadro abaixo mostra a evolução do histórico de pagamentos PIS/PASEP de 2004 até Setembro/2018.

Histórico de Pagamentos - BRASIL

EXERCÍCIO FINANCEIRO	PARTICIPANTES ABONO PIS/ PASEP			VALORES ALOCADOS RECURSOS (FAT)
	ABONOS IDENTIFICADOS	ABONOS PAGOS (*)	TAXA COBERTURA	
2004/05	9.559.247	9.008.192	94,24%	2.320.658.203,32
2005/06	10.238.389	9.668.788	94,44%	2.841.802.523,00
2006/07	11.751.968	11.145.463	94,84%	3.814.587.154,77
2007/08	14.189.277	13.536.665	95,40%	5.025.114.269,28
2008/09	15.560.805	14.893.344	95,71%	6.052.640.073,06
2009/10	16.930.034	16.306.131	96,31%	7.417.689.565,14
2010/11	18.504.778	17.535.376	94,76%	8.813.738.341,82
2011/12	20.366.245	19.363.556	95,08%	10.464.059.581,64
2012/13	20.743.127	19.797.976	95,44%	12.216.896.645,92
2013/14	22.591.393	21.467.902	95,03%	14.470.749.245,19
2014/15	23.184.939	22.103.611	95,34%	15.930.921.888,68
2015/16	23.572.703	22.686.184	96,24%	18.867.296.710,27
2016/17	24.268.465	22.899.989	94,36%	16.060.146.572,97
2017/18	24.522.501	22.566.916	92,03%	16.663.782.810,64
2018/2019	24.637.267	6.210.491	25,21%	4.680.841.984,70
TOTAL	280.621.138	249.190.584	-	-

Exercício 2017/2018 - De 01/07/2018 a 30/06/2019

(1) Dados preliminares até SETEMBRO/2018

Entre 2007 e 2018, observa-se um incremento no total de trabalhadores identificados com direito ao benefício.

Por conseguinte, o bom desempenho da taxa de cobertura apresentada até a finalização do calendário 2015/2016, com patamares acima de 95%. Entretanto, não há como se identificar, ou mesmo inferir a que se deve esta queda verificada a partir do exercício 2016/2017, considerando-se que tem sido expressivo o esforço do Ministério do Trabalho no sentido de ampliar o prazo de pagamento, bem como a divulgação nos diversos meios de comunicação disponíveis.

Com a adoção da ampliação de prazo do calendário 2017/2018, note que, no decorrer do segundo semestre de 2018, estará ocorrendo o pagamento dos remanescentes do calendário anterior e o início do pagamento do calendário 2018/2019, cuja execução no mês de julho/2018 representou uma cobertura de 6,89%, referente ao total de abonos previstos a serem pagos aos

trabalhadores. O período regular de pagamento do calendário 2018/2019 será até 30 de junho de 2019.

8. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL

A Carteira de Trabalho Digital, lançada em novembro, em forma de aplicativo para celulares nas versões IOS e Android, funcionando como uma extensão da carteira de trabalho impressa, trazendo como novidades e benefícios, tais como agilidade e celeridade nos processos de requisição e emissão da Carteira de Trabalho impressa; e a integração das informações trabalhistas de diversos bancos de dados do governo federal, o que também contribuem para o aumento da segurança das informações.

EMISSÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A evolução da emissão da CTPS evidencia os esforços de modernizar o processo por meio da informatização e tornar o documento mais seguro, com o objetivo de dificultar rasuras e dificultar a ocorrência de fraudes contra o Seguro-Desemprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e os benefícios previdenciários.

Desde sua implementação, vem apresentando uma quantidade maior na emissão das carteiras informatizadas. No terceiro trimestre de 2018 foram emitidas 306.158 unidades de CTPS no modelo manual e outras 968.948 no modelo informatizado, totalizando 1.275.106 carteiras, conforme tabela abaixo.

Quadro Comparativo – Número de CTPS emitidas no primeiro trimestre – 2018

Descrição	3º Trimestre/2018
	Julho a Setembro
Modelo manual	306.158
Modelo informatizado	968.948
Total	1.275.106

Fonte: CIRP/CGCIPE/DER/SPPE/MTb

No mesmo período do ano de 2017, foram emitidas 274.575 CTPS manual e 927.558 CTPS no modelo informatizado, totalizando 1.202.133 documentos emitidos ao cidadão brasileiro. Um aumento de 6% na emissão no 3º trimestre de 2018, comparado com o mesmo período de 2017.

A redução na emissão no 6º Bimestre, comparado com o mesmo período de 2016, deve-se à ocorrência da migração do sistema de emissão da CTPS, o CTPS Web 3.0, em novembro, passando a ser sustentado pela Dataprev. Há que se considerar as dificuldades inerentes a um período de transição de sistemas. Inclusive os resultados preliminares do primeiro bimestre de 2018 já apontam a ascendência deste número em relação ao ano anterior.

9. Análise Regional

A tabela abaixo apresenta a sistematização dos valores gastos com o benefício do seguro-desemprego, a rede de atendimento SINE e o PROGER em cada estado e grande região (% em relação ao total), bem como a respectiva população economicamente ativa. No geral, observa-se que todas as regiões estão sendo atendidas por tais políticas e deve-se respeitar as especificidades regionais na escolha das ações.

UF	Valores gastos por política (% em relação ao total)				
	Seguro-Desemprego (1º semestre 2018)	Rede Atendimento SINE (2015-2017)	PROGER (1º semestre 2018)	PEA (2º trimestre de 2018)	
Norte	5,7	4,2	4,9	7,8	
Acre	0,2	0,2	1,7	0,3	
Amazonas	2,2	-	0,2	0,4	
Amapá	0,2	1,3	0,3	1,7	
Para	1,6	1,1	0,1	3,7	
Rondônia	0,7	0,3	1,6	0,8	
Roraima	0,1	-	0,1	0,2	
Tocantins	0,6	1,4	0,9	0,7	
Nordeste	15,9	28,6	22,9	23,7	
Alagoas	0,8	0,6	3,0	1,1	
Bahia	4,3	8,6	2,3	6,8	
Ceará	2,9	8,4	6,1	3,9	
Maranhão	1,3	0,8	1,1	2,5	
Paraíba	0,8	1,0	3,9	1,6	
Pernambuco	2,9	8,1	1,9	4,0	
Piauí	1,0	-	0,5	1,4	
Rio Grande do Norte	1,1	0,8	0,1	1,5	
Sergipe	0,7	0,3	3,8	1,0	
Sudeste	48,4	40,5	36,0	45,3	
Espírito Santo	1,8	0,4	9,6	2,1	
Minas Gerais	9,8	14,3	1,7	10,8	
Rio de Janeiro	7,9	6,4	6,9	8,2	
São Paulo	28,9	19,4	17,7	24,2	
Sul	17,3	11,9	22,1	15,1	
Paraná	6,3	1,7	6,7	5,7	
Rio Grande do Sul	6,1	7,7	7,9	5,7	
Santa Catarina	4,9	2,4	7,5	3,6	
Centro Oeste	12,8	14,8	14,2	8,1	
Distrito Federal	5,2	1,6	1,6	1,6	
Goiás	4,1	7,2	2,7	3,5	
Mato Grosso do Sul	1,5	3,2	5,9	1,7	
Mato Grosso	2,1	2,8	4,0	1,3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

A região Norte é aquela que proporcionalmente vem recebendo menos investimentos de políticas de trabalho, porém é a que detém menor população economicamente ativa. Ações estruturais que visem ao desenvolvimento econômico da região, poderão trazer consequências favoráveis ao alcance de melhores resultados do mercado de trabalho local.

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

A região Nordeste recebeu investimentos especialmente na rede de atendimento SINE e paralelamente tem apresentado bons resultados de intermediação de mão-de-obra, especialmente nos estados da Bahia e Ceará.

Como visto anteriormente, a região Sudeste é a que concentra a maior força de trabalho, o que justifica os maiores investimentos nesta região.

Já a região Sul apresenta os menores indicadores de desemprego e informalidade. Nesta região, destaca-se os investimentos com o PROGER.

Por fim, a região Centro-Oeste tem recebido investimentos especialmente na rede de atendimento SINE.

UF	Valores gastos por política			
	Seguro-Desemprego (1º semestre 2018)	Rede Atendimento SINE (2015-2017)	PROGER (1º semestre 2018)	PEA (em mil) (2º trimestre de 2018)
Norte	921.864.160,88	6.440.864,60	63.974.726,58	8.132
Acre	31.931.558,27	235.698,81	22.356.406,51	341
Amazonas	352.639.336,52	0,00	3.047.435,94	365
Amapá	35.460.030,19	2.028.989,95	3.646.261,76	1.803
Para	264.444.762,88	1.650.705,00	1.017.481,37	3.820
Rondônia	121.084.262,67	462.011,75	21.452.206,39	868
Roraima	23.493.028,92	0,00	920.167,17	220
Tocantins	92.811.181,43	2.063.459,09	11.534.767,44	715
Nordeste	2.589.734.131,98	43.419.516,44	301.208.704,20	24.736
Alagoas	138.554.565,70	961.353,83	39.458.745,71	1.153
Bahia	698.602.429,73	13.013.069,45	30.904.641,02	7.077
Ceará	474.449.802,86	12.820.627,51	79.823.466,53	4.028
Maranhão	217.511.927,97	1.177.630,78	14.566.906,45	2.596
Paraíba	137.845.333,18	1.472.244,23	51.585.391,09	1.710
Pernambuco	466.864.159,71	12.300.027,00	25.453.942,88	4.202
Piauí	170.409.278,78	0,00	7.025.928,65	1.410
Rio Grande do Norte	179.180.893,44	1.179.312,86	1.798.514,73	1.531
Sergipe	106.315.740,61	495.250,78	50.591.167,14	1.029
Sudeste	7.893.202.870,96	61.648.936,05	473.191.360,06	47.207
Espírito Santo	294.646.418,33	667.246,07	126.649.606,45	2.137
Minas Gerais	1.594.397.260,84	21.703.717,62	22.803.146,97	11.286
Rio de Janeiro	1.282.906.161,79	9.767.981,81	91.066.327,31	8.585
São Paulo	4.721.253.030,00	29.509.990,55	232.672.279,33	25.199
Sul	2.819.320.417,62	18.029.878,80	290.571.427,46	15.702
Paraná	1.022.095.731,34	2.654.638,93	88.093.653,64	5.965
Rio Grande do Sul	991.283.721,35	11.775.406,30	103.836.727,86	5.940
Santa Catarina	805.940.964,93	3.599.833,57	98.641.045,96	3.797
Centro Oeste	2.089.466.233,03	22.524.677,53	187.178.745,44	8.427
Distrito Federal	844.654.950,35	2.446.900,97	20.987.961,74	1.684
Goiás	661.748.093,18	11.020.596,13	35.896.688,76	3.617
Mato Grosso do Sul	245.702.574,60	4.872.763,84	78.181.404,49	1.724
Mato Grosso	337.360.614,90	4.184.416,59	52.112.690,45	1.401
Total	16.314.326.919,47	152.063.873,42	1.316.124.963,74	104.204

ANEXO

ATIVIDADES DE GESTÃO

Esta seção visa demonstrar as principais atividades de gestão implementadas no período em análise, visando o alcance dos resultados apresentados neste boletim, além das atividades de rotina das estruturas do Ministério do Trabalho.

Seguro Desemprego

Em novembro de 2017, foi disponibilizado o Módulo do Seguro-Desemprego no Emprega Brasil, o que permite aos trabalhadores realizarem um pré-requerimento ao benefício por meio da internet. Anteriormente, para encaminhar o Seguro-Desemprego o trabalhador precisava agendar o comparecimento presencial, preencher um formulário e entregar a documentação, atendimento este com duração de aproximadamente 15 minutos. Apenas depois de comparecer ao posto de atendimento, começava a contar o prazo de 30 dias para recebimento do benefício. Com esta mudança, assim que receber a documentação para requerer o Seguro-Desemprego, o trabalhador poderá fazer o pedido imediatamente pela internet, por onde já poderá preencher o formulário de requerimento on-line. Ressalta-se que o trabalhador ainda precisará comparecer a um posto de atendimento pessoalmente para validar o requerimento, visando evitar possíveis fraudes, entretanto, o preenchimento prévio do cadastro online já torna mais célere o atendimento presencial, e o prazo de 30 dias para receber o benefício começa a contar desde o preenchimento do formulário na internet.

Vale ainda destacar as seguintes iniciativas em 2017:

- Disponibilização no Sistema do Seguro-Desemprego de funcionalidade que permite a emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU, conforme os normativos vigentes.
- Encaminhamento ao CODEFAT de proposta de Resolução que trata dos procedimentos relativos à concessão do Seguro-Desemprego Trabalhador Formal com o objetivo de melhorar tais processos e adequação à legislação vigente.

PROGER e PNMPO

Dentre as atividades e iniciativas de gestão realizadas no período de janeiro a outubro de 2018 no âmbito desses Programas destacam-se as seguintes:

- ✓ Revisão da Programação Anual dos Depósitos Especiais do FAT – PDE/2018, por meio da Resolução nº. 819 de 15 de outubro de 2018, o qual autorizou a alocação adicional de até R\$ 500 milhões na linha de crédito voltada para capital de giro para micro e pequenas empresas.

Dados preliminares mostram que mais de 39 mil empregos diretos e indiretos foram mantidos/criados pelo PROGER no período de janeiro a agosto de 2018.

Em outra frente, a Lei n.º 13.636, de 20 de março de 2018, estabeleceu que os recursos do FAT, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, poderão ser operados pelas instituições financeiras oficiais federais, mediante os depósitos especiais de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, bem como pelas entidades previstas nos incisos V a XII do caput deste mesmo artigo, nesse segundo caso, com prestação de garantia por meio de

títulos do Tesouro Nacional ou outra a ser definida pelo órgão gestor do FAT, nas condições estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

A fim de elaborar documento para subsidiar tal análise pelo CODEFAT, foi criado pela Portaria Nº 293, de 04 de maio de 2018, publicada do Boletim Administrativo Nº 18, de 04 de maio de 2018, para a elaboração de um estudo para definir os requisitos necessários para o acesso aos recursos dos depósitos especiais do FAT, inclusive aqueles referentes à apresentação de garantias pelas entidades previstas nos incisos V a XII do artigo 3º, da Lei n.º 13.636, de 2018. Com o fim dos trabalhos foi encaminhada Nota Técnica para a Consultoria Jurídica, pelo que a área aguarda manifestação.

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

No âmbito da CBO, no trimestre de julho a setembro, foram realizados 3 Painéis de Atualização de Famílias Ocupacionais, sendo que em cada painel se atualizada uma Família.

Intermediação de mão-de-obra – SINE

No mês de maio de 2018 foi lançado o módulo Empregador do aplicativo SINE Fácil. Nesse módulo/versão, o empregador poderá pesquisar perfis profissionais, convocar para entrevistas, acompanhar processo seletivo, dentre outros, otimizando as ações de intermediação de mão de obra, além das funcionalidades já existentes no Portal Emprega Brasil e nos Postos da Rede SINE.

Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

No âmbito da Coordenação de Identificação e Registro Profissional - CIRP foram realizadas melhorias no ambiente do sistema de Emissão de CTPS.

Tais ações melhoraram o atendimento, em especial com relação ao atendimento aos venezuelanos que estão entrando na fronteira com Roraima. Ocorreram ações por meio de realização de mutirões no estado, para atendimento a este público especificamente; que aumentou em 74% comparado ao mesmo período do ano de 2017, ou seja, no ano de 2017 foram realizados de julho a setembro 2.120 atendimentos, contra 8.097 atendimentos no mesmo período de 2018.

RAIS e CAGED

No aspecto de melhorias da gestão foram incluídos no CAGED os campos relativos à Reforma Trabalhista, de forma a possibilitar a captação e divulgação das movimentações trabalhistas contempladas na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Com isso, desde novembro/2017, o Ministério do Trabalho tem divulgado mensalmente dados relativos às movimentações no âmbito da reforma trabalhista.

Importante ressaltar que a CGCIPE (antiga CGET/SPPE), está tratando com a Dataprev a metodologia que possibilitará a transição do sistema de captação de dados da RAIS e CAGED para a base do eSocial, uma vez que o empregador terá que fornecer ao eSocial as informações até então feitas na RAIS e no CAGED. A Referida metodologia de transição visa garantir a segurança e continuidade das séries históricas do emprego formal no Brasil.

Em relação à RAIS, já foram divulgados os dados de 2017.

Qualifica Brasil

A gestão atual do Ministério do Trabalho, no intuito de reformular a política pública de qualificação social e profissional, visando melhorar sua efetividade, bem como ampliar o escopo e a qualidade dos cursos oferecidos, reestruturou o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, por meio da Resolução CODEFAT nº 783, de 26/04/2017. Com isso, o antigo PNQ passou a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, que tem por escopo a promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Conforme consta do art. 7º da resolução nº 783, o Qualifica Brasil apresenta 04 modalidades, sendo que destas, 02 (duas) já se encontram em processo de operacionalização, quais sejam: Projetos de Qualificação e Qualificação a Distância.

Ressalte-se ainda que, no âmbito dos Projetos de Qualificação, é obrigatória a destinação de 10% (dez por cento) das vagas para atendimento a idosos e pessoas com deficiência. Neste caso, o trabalhador na condição de pessoa com deficiência poderá estar neste percentual obrigatório, desde que a deficiência que porta não lhe seja impeditivo ao exercício da atividade laboral correspondente ao curso pretendido.

A Qualificação a Distância (QaD) contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação social e profissional por meio de equipamentos, redes e tecnologias de informação e comunicação, com difusão pela rede mundial de computadores e/ou por outros canais, de maneira a permitir a realização do ensino e da aprendizagem entre professores e alunos que estejam espacial e/ou temporalmente separados.

No que tange a QaD, vale ressaltar que em novembro foi disponibilizada a primeira versão do “Portal da Escola do Trabalhador”. Trata-se de uma das ações que o Ministério do Trabalho está implementando dentre várias estratégias para potencializar a qualificação do trabalhador e do desempregado. Tanto o Portal da Escola do Trabalhador quanto sua respectiva plataforma estão sendo desenvolvidos por meio de parceria (TED 001/2017) com a Universidade de Brasília (UnB).

Por meio da Escola serão ofertados cursos nos doze eixos temáticos respeitando as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Serão oferecidos, num primeiro momento, até cinquenta cursos modulares, na modalidade à distância, em plataforma moodle com acesso irrestrito, gratuito, sem necessidade de comprovação de escolaridade prévia.

Serão disponibilizados, ainda no Portal, informações sobre possibilidades de cursos, certificações, oportunidades de estágios, e informações sobre a oferta de empregos. Além disso, apresentará também dados que permitam ao poder público obter indicadores que norteiem as políticas públicas voltadas ao trabalhador. E ainda possibilitará a oferta de cursos por outras entidades que poderão vir a ser parceiras do Ministério, no âmbito da Escola do Trabalhador.

Até setembro de 2018 já foram disponibilizados 24 cursos na Escola do Trabalhador, sendo eles:

1. Agenciamento de viagens
2. Criando um negócio de sucesso
3. Higiene na indústria de alimentos
4. Introdução ao Excel
5. Português Básico para o mundo do trabalho
6. Demonstrações contábeis e sua análise
7. Conhecendo o perfil do Agente Comunitário de Saúde e seu processo de trabalho
8. Fundamentos e processos de gestão de Recursos Humanos
9. Segurança da Informação
10. Edição e tratamento de imagens
11. Inglês aplicado ao mundo do trabalho
12. Cuidando de pessoas idosas

13. Comunicação Escrita para o Trabalho
14. Elaboração de folha de pagamento de empresas
15. Análise de investimentos
16. Espanhol Aplicado ao Mundo do Trabalho
17. Análise de Risco na Construção Civil
18. Empreendedorismo na pesca
19. Planejamento de negócios na pesca
20. Gestão da qualidade
21. Processos industriais
22. Excel Intermediário
23. Identidade Visual e Gestão de Clientes
24. Português para Hispano falantes

Outra importante inovação é o Mapeamento de Demandas de Qualificação Social e Profissional – MDQSP, que tem o propósito de evidenciar as demandas de qualificação social e profissional em base territorial, com vistas a nortear a execução de todas as ações do QUALIFICA BRASIL.

Os recursos para o programa Escola do Trabalhador são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que também aposta na qualificação para a melhoria da renda e conquista de melhores oportunidades pelo trabalhador.

Análise de Prestações de Contas

Quanto à atividade de análise de prestações de contas, com base no passivo de processos “em análise” e “a serem analisados”, pode-se considerar que esta tarefa é prioridade na pauta da SPPE, sendo objeto de diversas ações para adotar uma estratégia consistente para solução do problema, além de constante conscientização da administração superior sobre a urgência que a situação requer. Dessa forma, a SPPE definiu um plano de ação contendo algumas medidas estruturantes que vêm sendo tomadas ao longo do último ano para que a atual situação do passivo seja resolvida com a maior brevidade possível, com destaque para: i) criação da Coordenação Geral de Prestação de Contas; ii) racionalização dos processos internos; iii) visitas técnicas a outros Ministérios com situação semelhante resolvida; iv) manualização de procedimentos de análise de prestação de contas física e financeira; v) descentralização de parte dos processos para as Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego - SRTEs; vi) publicação da Portaria 661 de maio de 2017(racionalização dos processos); vii) solicitação de novos servidores ao Gabinete do Ministro; viii) realocação interna de servidores para a CGPC; e ix) solicitação de funções gratificadas para a equipe da CGPC; x) estudos para implementação de trabalho remoto; e xi) elaboração de minuta de Portaria para Análise Simplificada do Passivo de Prestação de Contas.

A principal medida adotada pela nova gestão na SPPE foi a criação de uma estrutura organizacional formalizada no organograma do Ministério com dedicação exclusiva à análise de prestação de contas, a Coordenação Geral de Prestação de Contas - CGPC, que conta com duas coordenações (Física e Financeira), e uma assessoria técnica, estrutura vigente desde 31.03.2017.

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

Secretaria Executiva do CODEFAT

A Secretaria Executiva do CODEFAT cabe ao Ministério do Trabalho, de acordo com a Lei nº 7.998/90, e é exercida pelo Departamento de Gestão de Benefícios – DGB/SPPE/MTb, por força do Decreto nº 9.116/2016.

Amparado no exercício das atribuições da SE/CODEFAT, especialmente a de coordenar as atividades para realização das reuniões do CODEFAT e do Grupo Técnico do FAT - GTFAT e de promover a compatibilização entre as ações afetas à esfera de competência do MTb e as do CODEFAT, no terceiro trimestre de 2018 foram obtidos os seguintes resultados:

- ✓ Realização de 3 (três) reuniões, sendo 2 (duas) do GTFAT e 1 (uma) do CODEFAT, nas quais foram aprovadas 4 (quatro) resoluções, quais sejam:
 - ✓ Resolução n. 815/2018 - Autoriza, excepcionalmente, o pagamento do Abono Salarial, referente ao exercício de 2017/2018, aos participantes que não receberam o benefício na vigência da Resolução nº 790, de 28 de junho de 2017;
 - ✓ Resolução n. 816/2018 - Altera a presidência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT;
 - ✓ Resolução n. 817/2018 - Dispõe sobre procedimentos para pagamento dos benefícios do seguro-desemprego;
 - ✓ Resolução n. 818/2018 - Aprova a inclusão dos campos “nacionalidade” e “país de origem” nos formulários de requerimento para todas as modalidades de seguro-desemprego.

Com vistas a aferir o grau de participação social na gestão do FAT, foi apurado o percentual de presença dos conselheiros nas reuniões do CODEFAT no terceiro trimestre, o qual resultou em 77,8% por cento do total de conselheiros.

Além disso, com o objetivo de promover melhorias no suporte ao funcionamento do CODEFAT, a Secretaria Executiva do CODEFAT, por meio da Coordenação-Geral do CODEFAT - CGCODEFAT, realizou diversas atividades relativas ao processo de desenvolvimento do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT - SIGOC pela DATAPREV.

O SIGOC se configura como ferramenta de comunicação para os Conselheiros do CODEFAT, com o intuito de melhorar o desempenho de suas atribuições. Permitirá automatização do controle das informações relativas às atividades e decisões do Conselho e também maior intercâmbio de informações e comunicação (em tempo real) entre o CODEFAT e os Conselhos de Emprego das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal).